



Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-cultura)

Curso de Mestrado em Cultura e Sociedade

Nbatonha: A luta das katanderas em defesa de tchon de Pepel

Adelino Nanque

Salvador

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ADELINO NANQUE

Nbatonha: A luta das katanderas em defesa de tchon de Pepel

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia como exigência para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade sob a orientação do Prof. Doutor Felipe Milanez.

Salvador

2024

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Nanque, Adelino.

Nbatonha: a luta das katanderas em defesa de tchon de Pepel / Adelino Nanque. - 2024.
75 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Milanez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2024.

1. Ecologia política - Guiné-Bissau. 2. Ecologia humana - Guiné-Bissau. 3. Política ambiental - Guiné-Bissau. 4. Lagoa Nbatonha (Guiné-Bissau). 5. Mulheres - Guiné-Bissau - Visão política e social. I. Milanez, Felipe. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 304.2096657

CDU - 304.2502.1(665.7)



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos



Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de ADELINO NANQUE

Intitulada: NBATONHA: A LUTA DAS KATANDERAS EM DEFESA DE TCHON DE PEPEL

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de dois mil e vinte quatro, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação, número _____, intitulada: "NBATONHA: A LUTA DAS KATANDERAS EM DEFESA DE TCHON DE PEPEL". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: **Prof. Dr. Felipe Milanez**, orientador(a), pela examinadora externa, **Profa. Dra. Isabella Lamas**, e pelo examinador interno do Programa da Universidade Federal da Bahia, **Prof. Dr. Felipe Vargas**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, foi dado o prazo de trinta minutos para que o mestrando fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou a avaliadora externa, **Profa Dra. Isabela Lamas**. Após o examinador externo, fez suas arguições o examinador interno **Prof. Dr. Felipe Vargas**. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o mestrando fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **Adelino Nanque**, como **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof. Dr. Felipe Milanez**, orientador, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo mestrando. Salvador, 19 de agosto de 2024.

Prof. Dr. Felipe Milanez

Profa. Dra. Isabela Lamas

Prof. Dr. Felipe Vargas

Mestrando ADELINO NANQUE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS (IHAIC)
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE (PÓS-CULTURA)

ADELINO NANQUE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), Área de
Concentração Cultura e Sociedade

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Milanez – Universidade Federal da Bahia/UFBA (Orientador)

Profa. Dra. Isabella Lamas – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira/UNILAB (Examinadora externa)

Prof. Dr. Felipe Vargas – Universidade Federal da Bahia/UFBA (Examinador interno)

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento vai especialmente aos meus ancestrais (pessoas que me antecederam nesse universo). Isto é, os meus avôs tanto paterno como materno que nem cheguei a conhecer pessoalmente, mas pelo mesmo pude conviver com uma delas que é a minha avô materna sendo hoje meu ancestral, agradeço o meu pai que faleceu muito cedo quem nem cheguei a conhecer direito, mas pelo menos tenho um pouco da sua memória, sem deixar de agradecer a coisa mais preciosa que é a minha mãe que em 2020 acabou falecendo sem que eu pudesse participar no funeral pelo menos dar último adeus a ela e retribuir tudo que ela fez por mim, coisas quem nem dá para mencionar neste papel. Agradeço os meus 3 irmãos, entres eles minha irmã que sempre me deram apoio para que eu pudesse ser esse menino que hoje sou.

Sob outra perspectiva, agradeço o meu orientador Felipe Milanez por ter aceitado o meu convite que é de poder me orientar, para além de ser o meu orientador é uma pessoa que eu vou levar para a vida toda, na forma pela qual me conduziu durante o curso, sabemos que orientar uma temática voltado a um país com realidade totalmente diferente não é fácil, mas ele me acolheu e aceitou me orientar, agradeço muito ele. Da mesma forma, agradeço todos os professores do programa em especial o Marlus, uma pessoa que muito legal, que responde na hora que você precisar isso é um gesto fantástico.

Também, gostaria de agradecer as minhas companheiras de luta Joana Horta e Maria Alice que sempre estiveram ao meu lado desde primeiro semestre do curso, sempre trocamos ideias principalmente sobre as matérias acadêmicas, essa troca me fortaleceu demais, razão pela qual não poderia deixar de listar os nomes delas por aqui como forma de agradecimento. Outrossim, agradeço todos os integrantes do nosso grupo de pesquisa denominado “Ecologia Política” coordenado por Felipe Milanez meu orientador, foi um prazer enorme conhecer essas pessoas incríveis pela troca, comentários no grupo de whatsapp assim como nos eventos/atividades que o grupo realiza. Eu diria que esse grupo não é apenas um espaço de pesquisas como também é um veículo familiar onde confluímos nossas experiência particulares.

Para finalizar, queria agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me apoiado com a bolsa para que eu possa permanecer no programa e fazer a minha pesquisa com maior tranquilidade. Da mesma forma, agradeço o Brasil, a UFBA e o programa pela oportunidade dado a mim de poder cursar o mestrado.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	8
1. REVISÃO TEÓRICA PARA UMA ECOLOGIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU 11	
1.1 A política de regulado e o parentesco no povo Pepel	12
1.2 As katanderas e ritual ianda kabaz	15
1.3 Guerra civil e seus impactos ecológicos	18
1.4 Política ambiental e a implementação de Leis das áreas protegidas.....	19
1.5 Lei da terra n.º 5/98 de 23 de abril.....	24
1.6 A Lei n.º 10/2010: proteção ambiental na Guiné-Bissau.....	25
1.7 Ecologia profunda ou espiritual e a conexão de equilíbrio com a natureza.....	26
1.8 Maat e Ubuntu: Uma cosmo percepção de relação com o meio ambiente	29
1.9 Ecologia decolonial: A descolonização do conhecimento e a construção de outros mundos possíveis	31
2. CONFLITO AMBIENTAL ENTORNO DE LAGOA NBATONHA	35
2.1 Território e conflito.....	35
2.2 Nome como traço da confluência social com a cultura	36
3.4 Projetos desenvolvimentistas e as consequências ecológicas	39
3.5 A mobilização da Organização da Sociedade Civil, Ativistas e Ambientalista em defesa da lagoa	48
3.6 Educação ambiental e desenvolvimento sustentável	52
4 CAPÍTULO 3: AS KATANDERAS E A COSMOPERCEÇÃO DO MUNDO AO SEU REDOR	54
4.1 O que é katandera?.....	55
4.2 As balobas incendiadas nas comunidades Pepel e a revolta das katanderas.....	62
4.3 Cultivo de arroz para subsistência	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6 REFERÊNCIAS	70

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Balobá espaço sagrado e de interação ancestral e espiritual p 16
- Figura 2**- Lagoa Nbatonha símbolo das entidades vivas..... p 38
- Figura 3**- Agressão à lagoa Nbatonha..... p 41
- Figura 4** - Reunião das katanderas e anciões Pepel para defesa de Nbatonha p 45
- Figura 5** - Reunião das katanderas e anciões Pepel para defesa de Nbatonha p 45
- Figura 6** – Manifestação povo Pepeu p 50
- Figura 7**: Katandera símbolo de riqueza da cultura Pepel p 57
- Figura 8** - Cabas símbolo cultural na cosmo percepção Pepel p 59
- Figura- 9** - Ilustração Ianda cabaz p 61
- Figura 10**- Baloba um lugar sagrado de confluência p 62
- Figura 11**- Lavradores do povo Pepel p 67

RESUMO

Este trabalho busca identificar o que mobiliza a luta das “katanderas” do povo Pepel, na Guiné-Bissau, em defesa dos seus territórios ancestrais, considerados por elas sagrados. Para as “katanderas”, o ambiente vai além do espaço de convívio com ancestralidade, ele também é encarado como ser vivo, respeitando todas as outras formas de vidas que ali vivem. Forte exemplo disso é o reconhecimento dos espíritos da natureza pelo povo Pepel. A “ecologia política” é um campo de estudo e pesquisa que possibilita um diálogo sério, com intuito de desconstruir a visão dicotômica e antropocêntrica que encara a natureza como um meio, onde o “homem” pode chegar e destruir sem minimamente respeitar a população que habitou nesses territórios vários séculos. Diante disso, a proposta da Ecologia Política contribui na elaboração dessa dissertação e ajuda a entender que a luta das “katanderas” tem um amplo sentido, diante de ameaças provenientes de estruturas progressistas e desenvolvimentistas.

Palavras-chave: Ecologia Política; Povo Pepel; Katanderas

ABSTRACT

This work seeks to identify what mobilizes the struggle of the “katanderas” of the Pepel people, in Guinea-Bissau, in defense of their ancestral territories, considered sacred by them. For the “katanderas”, the environment goes beyond the space for living with ancestors, it is also seen as a living being, respecting all other forms of life that live there. A strong example of this is the recognition of nature spirits by the Pepel people. “Political ecology” is a field of study and research that enables serious dialogue, with the aim of deconstructing the dichotomous and anthropocentric vision that sees nature as a means, where “man” can arrive and destroy without even the slightest respect for the population that lived in these territories for several centuries. In view of this, the Political Ecology proposal contributes to the preparation of this dissertation and helps to understand that the struggle of the “katanderas” has a broad meaning, in the face of threats coming from progressive and developmental structures.

Keywords: Political Ecology; Pepel People; Katanderas

INTRODUÇÃO

A presente dissertação fundamenta-se na concretização de um trabalho acadêmico e científico do mestrado pelo o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-cultura) da Universidade Federal do Estado da Bahia. O vigente trabalho se debruça sobre conflito ambiental em torno de Lagoa Nbatonha e a luta das katanderas em sua defesa. Vale situar o nosso leitor um pouco de onde se situa a Guiné-Bissau. É um país situado na costa ocidental da África, com uma superfície total de 36.125 km, que faz fronteira ao norte com Senegal e ao sul com a Guiné-Conacri. Além da sua parte insular, constituída por cerca de 88 ilhas que formam o Arquipélago dos Bijagós, o país possui sua maior área no continente, que alberga a capital Bissau (BATHILLON; SILVA, 2022).

O objetivo geral desta dissertação é compreender como a etnia Pepel se relaciona com os seus territórios, com foco específico a lagoa Nbatonha. Ao passo que a proposta para os objetivos específicos, proponho trabalhar com três principais objetivos específicos tais como: analisar o papel das *katanderas* na luta, investigar algumas expressões culturais do povo Pepel e por fim, explorar o sentido da vida para o universo Pepel.

O problema de pesquisa ou a pergunta de partida que vai guiar essa pesquisa seria: Por que as *katanderas* lutam em prol de Nbatonha? Que tipo de mecanismos são usados para defender a lagoa? Será que existe ONGS, sociedade civil e ambientalistas comprometidos com as pautas ambientais? Será que existe legislações com intuito de proteger a natureza e seus recursos ecológicos?

Por outra perspectiva, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, a discussão foi desenvolvida com base nas revisões teóricas que debruçam sobre a ecologia política em Guiné-Bissau. Dentre eles, autores clássicos e contemporâneos, No segundo capítulo, a discussão se centra mais sobre o conflito em nbatonha e a intervenção estratégica das *katanderas*, coletivo de etnia Pepel em promoção da cultura Pepel e a reação da Sociedade Civil e um grupo dos ambientalistas em defesa da lagoa. Para a discussão, alguns conceitos e categorias foram analisados e discutidos como: ancestralidade, projetos desenvolvimentistas, impacto ambiental, antropocentrismo e desenvolvimento sustentável.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se a falar das *katanderas* e a sua cosmo percepção em que eu proponho trazer em discussão a algumas categorias que legitima a questão de organização social que tem como a característica o sistema matrilinear, clãs como fator que legitima as *katanderas*, relações de parentesco, *Ianda cabaz* uma prática ligado as *katanderas*

sempre acontece todos os anos num determinado período dando as oferendas aos seus antepassados e a relação que essa prática tem com o território.

Em suma, esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa no que toca à coleta dos dados. De ponto de vista etnográfica, as entrevistas foram feitas por meio de dispositivos ou plataformas digitais online devido a impossibilidade financeira de viajar para esse país africano para coletar os dados presencialmente, mas a vontade era fazer esse trabalho de campo pessoalmente, mas por motivo de alto preço nos valores das passagens aéreas, importa salientar que é muito presente neste trabalho a questão ética em que a coleta e o cuidado com todas as informações coletadas junto aos meus entrevistados/as. Friso que, as entrevistas foram feitas no grupo de WhatsApp chamadas telefônicas com alguns membros de ONGS, Sociedade Civil, OTEPI e também com anciões e katanderas nas duas comunidades Pepel, isto é, comunidade plack-1 e comunidade tchon de Pepel.

É notório que nas últimas décadas as temáticas ambientais vem despertando debate por pessoas e entidades comprometidas com a causa ambiental e que na atualidade essa discussão se estende mais no universo acadêmico com propósito dos pesquisadores construírem pesquisas com as temáticas ambientais. Diante da situação de degradação ambiental, extração mineral, catástrofe ambiental, conflitos de posse de terra e ocupação indevida e a execução de projetos desenvolvimentistas nas terras e nos territórios dos ocupantes tradicionais (povos originários), me senti motivado a desenvolver uma pesquisa voltado a esse tipo de assunto.

A escolha deste tema se justifica através do meu percurso acadêmico desde as minhas duas graduações, especialização e atualmente o mestrado inclusive, faço parte de um grupo de pesquisa denominado “Ecologia Política”. Este grupo me proporciona uma reflexão no que toca com a questão da ecologia política devido as discussões e trabalhos que o grupo vem desenvolvendo ao longo do tempo por seu coordenador ao lado de todos os seus integrantes, como os graduandos/as, mestrandos/as, doutorandos/as, professores Doutores e outros e outras entidades que integram o grupo. Em outras palavras, sempre quis fazer um trabalho dissertativo voltado a questão ecológica de ponto de vista cultural onde eu possa trazer embasamento que possam legitimar e visibilizar culturais outras e a sua relação próxima que a mesma tem com a natureza.

Acredito que, este trabalho tem relevância de ponto de vista sócio ambiental, cultural e político, servirá para auxiliar os futuros pesquisadores, como também vai ajudar a comunidade guineense e especificamente a coletividade pepel para que possam ter noção sobre a relação

que o seu povo tem com a natureza e por quê é preciso lutar para manter essa relação ancestral. Também o trabalho possa ajudar na implementação das políticas ambientais e também na implementação das leis que favoreçam a ecologia local e que a natureza possa não ser vista apenas como um objeto sob domínio do homem que tem que ser explorado de ponto de vista capitalista e colonial, mas que seja vista e com todo o respeito e cuidado como parte onde existe outras vidas, vidas essas não humanas mas que merecem e devem ser preservadas.

“Nós somos as pessoas mais pesquisadas no mundo”. Esta é a frase que a pesquisadora indígena da Nova Zelândia Linda Smith diz ter ouvido mais enquanto pesquisadora indígena de etnia *Moari* na sua obra intitulada “descolonizando metodologia, segundo Smith (2018), incomoda-nos saber que os pesquisadores e intelectuais do ocidente podem presumir que conhecem tudo o que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos da nossa comunidade. Assusta-nos o fato de que ocidente possa desejar, extrair e reivindicar posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo rejeitar as pessoas que criaram e “desenvolveram” tais ideias, sobretudo negando-lhes oportunidades para serem criadoras de sua própria cultura.

Na mesma linha de raciocínio, enfurece-nos que práticas vinculadas ao último século, e a séculos anteriores a este, ainda sejam empregadas para negar a legitimidade das reivindicações dos povos indígenas pelo o direito a existência, as terras e os territórios pelo direito de autodeterminação, pela sobrevivência das nossas línguas e formas de conhecimento cultural pelos os nossos recursos naturais e pelos sistemas que adotamos para viver em nossos ambientes. (SMITH, 2018, p. 11).

A obra da Linda Smith, da etnia Maori, é um trabalho que me atravessa significativamente como um acadêmico, pesquisador e por pertencer à etnia *Pepele*. Me atravessa no sentido de que ela fez duras críticas de ponto de vista teórica e conceitual que fundamentam a pesquisa ocidental, cria ruptura a esse modelo de pesquisa ocidental, tão criticado pelas populações indígenas, com concepções, definições e abordagens de pesquisadores maori, como uma estratégia de demonstrar que a pesquisa enquanto atividade científica é plural e que não se deve limitar-se apenas às concepções euramericanas que têm como vícios de classificar ou subestimar o “outro” pela a sua diferença.

Preliminarmente, eu iniciei a pesquisa por meio das revisões bibliográficas tendo como aporte teórico trabalhos já publicados, isto é, artigos periódicos, capítulo de livros, dissertações, teses e site confiáveis e internacionalmente conceituados. Tendo como a metodologia de

pesquisa de caráter/perfil qualitativo e estudo de caso. A escolha deste tipo de metodologia se justifica no sentido de ser a mais adequada e crucial para uma melhor compreensão do meu problema de pesquisa, do objetivo e da temática a ser investigada ou pesquisada, diferentemente da metodologia quantitativa que tem como propósito coletar informações com base numérica o que implicaria a sua não adequação ao desenvolvimento da minha pesquisa.

Segundo Praça (2015), a metodologia científica é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento. O conhecimento só acontece quando o estudante transita pelos caminhos do saber, tendo como protagonismo deste processo o conjunto ensino/aprendizagem. Pode-se relacionar então metodologia como “caminho de estudo a ser percorrido” e ciência com “o saber alcançado”.

De acordo com isso, para realizar qualquer que seja pesquisa científica, é necessário o emprego de técnicas de pesquisa. Diante disso, Gil (2002), afirma que as técnicas são procedimentos que operacionalizam os métodos e, para todo método de pesquisa, correspondem uma ou mais técnicas. Estas estão relacionadas com a coleta de dados, isto é, a parte prática da pesquisa. A coleta de dados envolve a determinação da população a ser pesquisada, a elaboração dos instrumentos de coleta e programação da coleta. “Há possibilidade de o pesquisador trabalhar tanto com os documentos escritos, como não escritos” (LAKATOS E MARCONI, 2003).

A obra “Estudo de caso” Yin (2010), enfatiza a importância de estudo de caso como uma forma de metodologia de pesquisa, ou seja, estudo de caso é um método de investigação e acentua que sua escolha relaciona-se com os objetivos almejados a pesquisar. “É conveniente considerar todas as evidências e ser analítico, visando uma boa análise dos dados coletados. Um bom pesquisador deve definir seu plano de análise e considerar as limitações de alguns dados coletados” (YIN, 2010).

1. REVISÃO TEÓRICA PARA UMA ECOLOGIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU

Este é um capítulo da revisão bibliográfica. Nele, dedico versar da compreensão Pepel pela ótica da conexão harmoniosa da comunidade pela com a natureza. Por outro lado, traz um entendimento daquilo que é katandera e a relação que a mesma tem de lutar em prol do seu território. Da mesma forma, as entrevistas feitas com as katanderas são cruciais neste primeiro

momento do capítulo, porque, nos ajudam a entender como se dá a relação de parentesco e a política de regulado que também atravessam as temáticas ecológicas e políticas.

Outrossim, a pauta ambiental é um assunto urgente e necessário, diante dessa emergência, debruça-se sobre a flexibilização no país no que tange às políticas públicas voltado a legitimação e implementação das leis em prol do meio ambiente. Essa flexibilização estabelece que a terra é propriedade do Estado e patrimônio comum de todo o povo que fixa uma ruptura com antiga legislação que determinava e assegurava que a terra era a propriedade exclusivamente do Estado. Ela não assegurou apenas as temáticas ambientais, mas que também assegura que todos os cidadãos é reconhecido, sem nenhum tipo de discriminação com base no gênero, raça, sexo, de origem social, ética ou de proveniência dentro do território nacional.

Também, ecologia profunda ou espiritual e a conexão de equilíbrio com a natureza é um dos assunto a ser tratado nesse capítulo. A ecologia espiritual adota em suas bases a interdependência fundamental de todos os fenômenos: ela vê o universo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. Ela reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular da teia da vida.

1.1 A política de regulado e o parentesco no povo Pepel

No que diz respeito ao poder tradicional Pepel, Pires (2019), disse o seguinte:

A legitimidade do chefe tradicional Pepel assenta-se no fato do mesmo pertencer à linhagem dos primeiros habitantes de um determinado território. Todas as outras linhagens, que foram residir na mesma região, reconhecem a legitimidade desta linhagem e a respeitam. A linhagem do chefe advém do primeiro grupo que teve seus filhos nascidos no território, e também o primeiro a ter seus mortos ali enterrados, o que lhes dá uma ligação forte com a terra. Tal fato é extremamente relevante para uma sociedade predominantemente agrícola. Apesar desta ser a forma mais comum de legitimação do poder tradicional, há outras maneiras de legitimação da autoridade do chefe diante da comunidade. Por exemplo, na sociedade Pepel, a autoridade do líder legitima-se não apenas pelo fato de sua linhagem ter sido a primeira a ocupar certo território, mas, principalmente, pelo fato de sua *kinha* ter “comprado”, por meio de um contrato de sangue, as terras diretamente do *osai*, garantindo sua posse e as transformando em um *tchon* para todo o povo Pepel. Todos os integrantes desta *kinha* são considerados *djagras* (nobres ou fidalgos) na sociedade Pepel, mesmo aqueles que não ocupam nenhum cargo político (PIRES, 2019, p. 121).

Percebe-se que em cada tchon de Pepel há sempre um *nlin*. “Devido a isso, no tchon de Bissau constatamos que a *kinha* considerada como djagra é a dos Nanque, a qual, segundo a tradição oral, pertencia Mcau, o fundador e primeiro *nlin* do povo Pepel” (PIRES, 2019, p. 122). “De acordo com o caráter matrilinear da sociedade Pepel, o posto de *nlin* é transmitido deste indivíduo para algum dos filhos da sua irmã, ou seja, a sucessão do posto ocorre entre o irmão da mãe e o filho da irmã, geralmente o mais velho” (IDEM, 2019, p. 122).

“A relação do parentesco também permeia as questões políticas. Isso se dá porque não é qualquer indivíduo dessa etnia que pode assumir cargo político de alto escalão como opera nos regimes democráticos” (GARRAFÃO, 2022, p. 46). Autora nos mostra que o povo Pepel se estrutura politicamente falando por meio de relação de parentesco, relação essa que legitima as *katanderas*.

De acordo com Pires (2019):

A legitimidade das autoridades tradicionais assenta-se na linhagem, tendo no culto aos antepassados a característica marcante da sua religiosidade. Desse modo, a linhagem constitui o principal critério para legitimar o poder de uma autoridade tradicional, que lhe é dado pela comunidade (PIRES, 2019, p. 43).

“Antigamente os Pepel só adotavam o nome de sua linhagem materna, mas, atualmente, também se adota o nome da linhagem paterna. Entretanto, isto não produziu nenhuma alteração no processo de sucessão ou de herança da etnia” (PIRES, 2019, p. 113). Esta citação mostra que a sua organização social e político se baseada muito na questão de matrilinearidade, porque as mulheres têm muitas fora da memória do seu povo. Exemplo disso, podemos ver no meu sobrenome, ele é da minha mãe, por motivo supramencionado, não seria diferente.

Segundo a tradição oral Pepel mais conhecida, Mcau, filho de um rei Beafada de Quínara, durante uma caçada, chegou até a ilha de Bissau. Como gostou do lugar, resolveu instalar-se ali, trazendo consigo suas seis esposas e também a sua irmã mais velha, já casada. A irmã garantia-lhe a sucessão, pois, de acordo com a tradição, é o filho da irmã mais velha, e não o filho do rei, quem sucede ao trono (PIRES, 2019, p. 113).

Garrafão (2022) afirma que:

Além do régulo e chefe da tabanca, as demais autoridades, como os responsáveis dos *djorsons*, são assumidos por elementos de outros *djorsons*, em que cada autoridade corresponde a um território específico, ou seja, uma área de jurisprudência específica. Isto porque

a organização política e social com base na linhagem, estende para todos os clãs desta etnia. Cada clã possui suas terras e moranças delimitadas, espaços produtivos para agricultura, santuários, cemitério, um chefe de tabanca e também chefe de *djorson* (o responsável máximo pertencente ao mesmo clã (GARRAFÃO, 2022, p. 48).

As áreas urbanas presentes em um *tchon* tradicionalmente Pepel, como é o caso da cidade de Bissau, já não estão mais sob controle político ou cultural desse grupo étnico. Devido a isso, a prática e a vivência de suas tradições culturais acabam ocorrendo, e se mantêm-se, mais fortemente nas áreas rurais. Entretanto, mesmo nas cidades, também há *tabankas*, pois os núcleos urbanos – as praças – foram se estruturando ao redor delas. A localização e a divisão dos *tchons* e dos reinados Pepel é algo definido culturalmente, e não corresponde às divisões territoriais estabelecidas pelos governos coloniais e pré-coloniais. Atualmente há dois grandes *chãos* Pepel: o de Bissau e o de Biombo.

De acordo com Bath (1998), na obra designada grupos étnicos e suas fronteiras, nos proporciona uma compreensão do que seria grupo étnico, na concepção do teórico, grupo étnico supracitado, indica grupos étnicos como aqueles que compartilham valores culturais imprescindíveis, formados por membros que se identificam e são apontados por outros como tal. Ainda salienta a noção de que o que define um grupo é a fronteira étnica e não o conteúdo cultural ou fenômenos que possamos encontrar, visto que, essas fronteiras, ao qual o autor associa os grupos, são fronteiras sociais e seus fundamentos são uma ideia que os grupos elaboram sobre uma origem ou cultura em comum.

Segundo Pires (2019):

O *tchon* de um povo representa muito mais do que a demarcação territorial de um espaço geográfico. Significa uma simbiose cultural, simbólica e essencial de um povo com um determinado território. Segundo a tradição oral de diferentes povos da Guiné-Bissau, os *tchons* foram cedidos ou vendidos por uma entidade divina, os *Irãs Bons* ou *Irãs di Tchon*, por meio de um contrato de sangue a determinadas *djursons* de certos grupos étnicos. De acordo com os termos desse contrato estas *djursons* devem, periodicamente, oferecer um de seus descendentes como sacrifício ao *irã di tchon* a fim de garantir a posse do território e a proteção dessa divindade. Dessa forma, o *tchon* simboliza uma união mística e de sangue entre um povo, um território e uma divindade (PIRES, 2029, p. 117).

“Os Pepel também consideram que seus *tchons* foram obtidos por meio de um acordo com um *irã*. Este *irã*, após a efetivação do contrato, torna-se uma entidade de culto e um protetor

daquele grupo étnico” (PIRES, 2019, p. 117). “Para os Nalus, a floresta é percebida na sua dimensão sagrada, mas também como um reservatório de recursos naturais” (TEMUDO, 2009, p. 253). As duas citações ilustram a forte ligação do povo pela com a natureza, ligação essa que se vê no cuidado, respeito e harmonia em memória dos seus ancestrais e de uma vida saudável na comunidade.

De acordo com pires (2019):

Um tchon Pepel é organizado politicamente em estruturas chamadas de reinados. Em um chão Pepel pode haver mais de um reinado. Embora esses reinos não sejam considerados, pelo governo central do país, como espaços administrativos autônomos, neles é possível a seus habitantes a liberdade de vivenciarem seus ritos e costumes tradicionais sem sofrerem represálias. Desde que tais ações não interfiram nos objetivos políticos do governo guineense (PIRES, 2019, P. 119).

“A humanidade tende a buscar e dar sentido a sua própria vida e existência. Nesta tentativa, criou-se imaginário de existência de um ser supremo responsável para criação do mundo, entendimento esse quiçá universal e extremamente diversificada” (GARRAFÃO, 2022, p. 54). “Deste modo, o povo pepel tem a sua forma de enxergar o mundo e de todos os seres que o cercam. Isso se vê na relação que a comunidade tem com Irã (Ossai em pepel) é um espírito da natureza” (IDEM, 2022, p. 56). Por ser uma entidade da natureza cuidar da natureza é indispensável. Também, “constata-se que existem diferentes categorização dos irãs, que atuam de maneiras diferentes: os que são exclusivamente protetores de cada linhagem, de uma família ou um grupo reduzido de pessoas e os mais gerais que atendem toda a comunidade” (GARRAFÃO, 2022, p. 57).

1.2 As katanderas e ritual ianda kabaz

As katanderas são mulheres legitimadas para cuidar e tratar de assuntos relacionados com a comunidade de ponto de vista político, social e cultural. Como foi comentado antes, a relação que várias entidades e identidades tem uma com outra, as katanderas são cruciais para compreendermos as estruturas culturais e modo de vida do povo em questão. A legitimidade se dá através de clã e elas têm a função importantíssima para comunicar com os seus antepassados por meio dos irãs nas *balobas* espaço esse considerado sagrado e que eu vou descrever com mais detalhe em seguida.

Friso que, nem todas as pessoas tem o poder de falar com os *defuntos* nas balobas, mas as katanderas têm essa capacidade a partir de momento que é realizado os rituais, elas se encarnam de espíritos de irã (espírito da natureza) e passam a comunicar com entidades espirituais que apenas elas conseguem ter esse tipo de força comunicativa para com o bem da comunidade. Quando acontece um problema misterioso na comunidade que até mesmo as autoridades do país não consegue resolver, essas mulheres são acionadas ou mesmo, tomam a iniciativa de por fim a esse caos, isto é, problema, doença ou até mesmo resolver algumas situações que envolvem morte na família. Tem sua voz sempre respeitada nos assuntos comunitários e familiares.

Figura 2 - Baloba espaço sagrado e de interação ancestral e espiritual



Fonte: (TÉ, 2023)

Baloba é o nome desse lugar que a imagem acima ilustra que na etnia pepel é um espaço sagrado que o grupo realiza muitos dos seus rituais, também é um lugar onde muitas pessoas vão para fazer seus pedidos com os sobrenaturais, e elas são quem dirige essas balobas, e em todas as comunidades ou tchon de pepel tem sempre as balobas. Nota-se que as *balobas* ficam perto de arvores o que parece indissociável as vivencias culturais e sociais do grupo sem um sistema ecologicamente preservado.

“Baloba é o nome dado a um pequeno coberto em colmo, de forma circular, de teto, baixo, onde se efetuam cerimónias” Nanque (2014, apud GARRAFÃO, 2022). É um lugar intrinsecamente ligado ao povo pepel, maior parte dos seus rituais é feito nesse lugar e nem todo mundo é legítimo para conduzir essas tarefas, mas as katanderas são legítimas para guiar qualquer que seja ritual. Em suma, é uma entidade de concentração espiritual dos clã ou *djorson*.

Cada *djorson* tem as suas balobas privativas onde volitam (habitam) os seus manes. Deitam sortes aí e fazem oferendas. É o santuário, ou o tempo, que tem um altar familiar, pois é aí que se realizam as cerimónias de carácter familiar, dentro da perspectiva de linha étnica, chamada de *djorson* (NANQUE, 2014, p. 76 apud GARRAFÃO, 2022, p. 60).

No tocante aos ritos, Pires (2019), afirma que:

Os Pepel, por sua vez, seguem uma jornada progressiva em sua estrutura social, movimentando-se entre conjuntos etários por meio de ritos de iniciação e de passagem. Dessa forma, os integrantes da etnia passam por ritos e desempenham funções sociais tradicionalmente delimitadas desde sua infância até se tornarem *omis e mudjeris garandis*. Não cumprir alguns destes ritos, ou não completar a trajetória social, faz com que tanto o indivíduo quanto os membros de sua linhagem percam prestígio junto à comunidade. Os outros grandes ritos presentes na trajetória social de seus indivíduos ocorrem após a morte do corpo físico destes. Isto se justifica devido ao fato de os Pepel crerem não apenas na imortalidade da alma, mas também na convivência e interdependência, entre vivos e mortos. Estes ritos, o funeral (*tchur*) e o *toka-tchur*, só recebem esta significação porque, para os Pepel, o espírito de um indivíduo morto continua presente e atuante na comunidade, agindo como um conselheiro e um protetor de uma família ou de uma linhagem ((PIRES, 2019, p. 133-135).

Por isso, as katanderas são fundamentais para fazer valer essa relação que o povo tem de mundo dos vivos e dos mortos, porque a relação se dá também no seu livramento dos ataques mágicos e espirituais. “Através dela acredita-se que é possível prever acontecimentos futuros. Ali também são efetuados pedidos ou benções para realização de desejos como viagem, maternidade, trabalho, uma boa colheita, saúde, enfim a prosperidade” (GARRAFÃO, 2022, p. 58). “Acredita-se que na baloba pode-se comunicar com os ancestrais, os entes queridos no mundo do além, ou seja, a cosmovisão dos pepel, o após morte não significa necessariamente o fim da vida, mas uma nova dimensão da vida invisível” (GARRAFÃO, 2022, p. 61).

No que toca *ianda cabaz*, é um ritual feito nas balobas, mas vale lembrar que não é em qualquer baloba, se faz nas balobas pertencentes a certos *djorsons*. Por exemplo, *djorson*

Nanque tem suas balobas e suas respetivas terras ou comunidades onde pode realizar esse tipo de ritual, ao passo que, os outros djorsons como: *CÁ, TÉ, DJÚ, INDI, SÁ* e *CÓ*, têm que fazer nas balobas ligado a eles de ponto de vista de linhagem.

Sou katandera, e para nós katanderas, ianda cabaz é um ritual que fazemos todos os anos uma vez por ano em memória dos nossos mortos, você poderia me perguntar, mas para que isso, se a pessoa já morreu? A resposta seria essa, nós de etnia pepel, não moremos, nossos mortos sempre vivem com a gente nós conversamos com eles e sempre sentimos suas energias e força vital. Diante disso, é feito isso em suas lembranças sem perder de vista que ianda cabaz se dá no sentido de pedir que os nossos ancestrais nos livrassem de qualquer acontecimento mau que possa surgir na comunidade ou em qualquer seio familiar Djú, Entrevista, junho, Guiné-Bissau, 2024.

A peregrinação (piândrs-kanda (pepel) = ianda cabaz na língua crioula) é realizada periodicamente, os peregrinos o fazem a fim de integrar ontologicamente a djorson e estar em condições de defender a djorson contra o caos, contra o seu aniquilamento... O tempo de piândrs-kanda – tempo de origem de uma realidade, quer dizer, no tempo fundado pela primeira aparição desta realidade primeira nos primórdios do surgimento do homem pepel. (NANQUE, 2014, p. 75 apud GARRAFÃO, 2022, p. 61).

Por outro lado, Garrafão (2022, p. 61) afirma que:

O ianda kabas é realizado pelas mulheres, junto de alguns homens que acompanham a caravana. Devido a responsabilidade delas para com a família e suas linhagens, periodicamente as mulheres têm responsabilidade de visitar e homenagear os antepassados e pedindo-lhes a benção e a proteção para a família e djorson, inclusive cada djorson possui seu lugar de culto apropriado como baloba onde acredita-se que vive os seus ancestrais (GARRAFÃO 2022, p. 61).

1.3 Guerra civil e seus impactos ecológicos

A guerra civil guineense deu início no dia sete de junho de 1998 onde dois movimentos com ideologias diferentes entraram num embate. No momento desse embate, quem estava liderar o país era o ex presidente já falecido João Bernardo Nino Vieira e o seu opositor militar Ansume Mané. O movimento liderado por Mané não concordava pelo o jeito que o país era conduzido e se estabeleceu como oposição contra o Viera que desencadeou um conflito armado dentro das forças armadas que viria a durar 11 meses de guerra entre forças governamentais (*aguenta*) sob liderança do presidente e junta militar liderado por seu opositor. “Ansumane

Mané e João Bernardo Vieira fizeram a guerra em Guiné-Bissau e foram vencedores. O povo não faz a guerra e perdeu” (OLIVEIRA, 2020, p. 11).

Nesse contexto de guerra civil, com a batalha que se deu sobretudo em Bissau, a população local foi a principal atingida, impedida de exercer suas atividades agropecuárias no recinto da cidade e forçada a fugir em busca de segurança. As duas forças usaram minas terrestres e outras formas de violência armada, que resultou na fuga de famílias e comunidades inteiras, apesar de ser um conflito com embate na cidade Bissau não significa que só os moradores da cidade sentiram as consequências da guerra, mas toda a parte do país esteve envolvido nas causas. A guerra causou os danos nas comunidades majoritariamente pepel, porque vive maior parte em Bissau também destruiu sistema ecológico (CARVALHO, 2019; CAIN, 2014, apud DA SILVA, 2020, p. 52).

Na verdade, sete de junho não foi nada fácil para todos nós que vivenciamos aquele conflito, foi desastroso não só com a gente enquanto pessoas, como também teve efeitos devastadores do meio ambiente e houve mortes dos animais e a sua fuga para outros países da sub-região. Durante a guerra, foram postas muitas minas no solo a o embate das armas pesadas causaram impactos negativos na vida das populações. Falo isso, porque sou a prova viva disso, conheci algumas pessoas que perderam alguns membros do seu corpo por conta dessa guerra algumas pessoas morreram, principalmente no período pós guerra, meu primo quando estava a fazer colheita de castanha de caju pisou na mina e ela explodiu com ele, teve sorte que não morreu, levou apenas um raspão no peito (SANTOS, Entrevista, julho, Guiné-Bissau, 2024.

Depois da guerra o governo tomou a iniciativa de criar alguns projetos entre eles o de desaminar as terras que obrigou muito gasto com recurso público. “As florestas voltam a ser lembradas como lugares de refúgio e como lugares sagrados, morada de irãs, e estes são de novo convocados para proteger o território, através da execução de cerimónias destinadas a “fechar o chão” em relação à guerra” (TEMUDO, 2009, p. 258).

1.4 Política ambiental e a implementação de Leis das áreas protegidas

A temática ambiental é um assunto necessário e de suma urgência. Ao afirmar isso, não significa dizer que antes não era uma pauta relevante, e sim que ela está cada vez mais recorrente nos últimos tempos (BATHILLON, 2018, p. 11). O crescimento econômico sempre

esteve ligado com a utilização dos recursos naturais. O processo de desenvolvimento das sociedades afetou de maneira qualitativa e quantitativa as reservas de recursos naturais, deixando os vestígios da degradação ambiental e os impactos das externalidades negativas geradas por esse processo (FREDERICO, 2014, p. 11).

Do mesmo modo, o assunto do meio ambiente é uma das tensões que induz o debate, portanto, cada país adota sua política ambiental e estabelece as leis que possam cuidar e proteger as suas conservações ambientais. A preocupação de vários Estados e inclusive organização não governamental atualmente pode ser verificada nos aspectos de mudança climática, das áreas protegidas, avaliação ambiental, avaliação de riscos biotecnológicos, conservação da natureza, degradação do ambiente, estudo de impacto ambiental, impacto ambiental, poluição e qualidade do ambiente (CÁ, 2023, p. 2).

Diante desse interesse mundial, Idem (2023), afirma que, a República da Guiné-Bissau não se posiciona contrário a esse debate do nível global ao respeito da proteção e conservação do meio ambiente. Com essa necessidade, o Governo/Estado local criou diversas leis, convenções e decretos com propósito proteger o meio ambiente e todas as espécies que ali vivem. Dentre as leis criadas por governo guineense destaco uma dela que é a lei da criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau que foi aprovada pelo Governo em 2004 e publicada no Boletim oficial. Decreto-Lei N° 11/2005 - Lei da Criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).

É a partir da década 80 que o país começa a dar os primeiros passos sobre as questões ambientais e iniciam-se aprovações de leis, decretos e regulamentos importantes. Logo em 1980 foi aprovado o regulamento da caça através do Decreto n° 21/80 veiculado por meio do suplemento ao Boletim Oficial n° 20, de 17 de Maio de 1980. Neste documento foi ressaltada a importância da conservação da natureza, em específico fauna e flora, e reconhecida a necessidade de regular devido a “falta de regulamento atualizado desta matéria só contribui para fomentar a “caça anárquica, destruir a fauna e alterar, portanto, o equilíbrio ecológico.” (BOLETIM OFICIAL N° 20, 1980 apud FDB; BATHILLON, 2006, p. 619; 18).

Em 1981, foi criado um grupo de trabalho para proceder ao estudo com vista ao saneamento das empresas pesqueiras divulgada pelo Boletim Oficial n° 11 de 14 de Março de 1981. Também em 1982 foi publicada através do Boletim Oficial n°40 de 2 de Outubro, a criação da Comissão Nacional de Higiene do Meio Ambiente. Seguidamente a isso, foi comunicada por meio do Boletim Oficial n° 27 de 4 de Julho de 1983, a aprovação do “Estatuto

da Junta dos Portos da Guiné-Bissau” e também a aprovação das “alterações introduzidas nas tabelas que indica do livro de Tarifas do Portos da Guiné-Bissau”. (CYSNE, 1998 apud BATHILLON REGALLA, 2010; 2018).

O fim da década de 80 também foi marcado pelo surgimento de Organizações não Governamentais (ONG's) no país. É a partir de 1988 que se iniciam intervenções no campo ambiental no país com as atividades da ONG Internacional União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). E junção deste fato com o início do processo da liberalização econômica e democratização na época, deu alicerce para a maior expressão das ONG's e inclusive direcionando as suas ações também para a área ambiental. Listam-se algumas ONG's nacionais importantes que possuem atuação no setor ambiental: ONG AD- Ação para o Desenvolvimento, ONG ALTERNAG, ONG TINIGUENA. E internacionais: SWISSAID, Centro de Estudos e da Cooperação Internacional (CECI), etc. (MDRA-RN, 1997 apud BATHILLON, 2018).

De acordo com (REGALLA, 2010 apud BATHILLON, 2018) o setor do ambiente começa a ganhar estrutura com a institucionalização, a partir de 1992, do Conselho Nacional do Ambiente, que antes era um comité coordenador constituído por ministros das áreas relacionadas: um secretário executivo e um comité técnico. O antigo Conselho Nacional do Ambiente foi institucionalizado através do decreto nº 24/92 expedido no Boletim Oficial nº 12 de 23 de Março, tendo vigorado até 1996. As profundas mudanças sofridas por esse decreto resultaram no decreto nº 56/93 que ratifica a nova Lei Orgânica do Conselho Nacional do Ambiente.

Na virada de 2000, foram decretadas as criações de três importantes parques naturais no país que são: Parque Nacional de Orango, o Parque Natural das Lagoas de Cufada, e o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu. O novo governo guineense criou diversas áreas de conservação em zonas costeiras com o intuito de enfrentar as crescentes pressões e ameaças, e ao mesmo tempo salvaguardar a conservação da diversidade biológica, deter a degradação dos habitats e ecossistemas, e fomentar um desenvolvimento socioeconómico durável (BATHILLON, 2018, p. 25).

Importa salientar que foi um avanço significativo no que diz respeito as políticas ambientais e a institucionalizações da mesma. Como podemos constar a criação de várias leis, decretos e convenções internacionais, mas se formos ver na prática, tudo isso não funciona na sua plenitude, digo isso porque, os políticos muitas das vezes praticam injustiça ambiental e

também violam esses princípios assinando contratos com impressas multinacionais e internacionais aos seus benefícios sem ter que levar em conta tudo que já foi prescrito nas convenções e assegurados pelas leis sobre a importância de preservar o meio ambiente para um convívio harmonioso entre “homem” e natureza.

A justiça ambiental refere-se “aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.” (ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004). Diante dessa preocupação, eu diria que na Guiné-Bissau é por enquanto uma utopia aquilo que toca com a justiça ambiental. Digo isto, porque, para além da degradação ambiental ocorrido no período ou na era da luta pela libertação do país sob o jugo colonial e a guerra civil que ocorreu em sete de junho de mil e novecentos e noventa e oito, outro episódio sobre degradação ambiental se repete período na contemporaneidade.

Em outras palavras, a Guiné-Bissau sofreu muito com os impactos negativos da colonização, sobretudo no aspecto cultural, com a desvalorização das culturas étnicas locais para assumir a cultura ocidental como símbolo de civilização. Os nomes tradicionais de pessoas foram substituídos pelos nomes ocidentais. Cada nome tradicional tem um significado ligado à cultura local e à ancestralidade, portanto tem uma relevância fundamental na vida das comunidades. Vice-versa, para a colonização, as culturas e a história dos povos africanos não se enquadravam em uma cultura civilizada (GOMES, 2010 apud SUCUMA, 2021).

Ainda sobre a política ambiental guineense, o Conselho Nacional do Meio Ambiente surge no bojo de um quadro reflexivo entre a sociedade civil e entidades do Estado com prerrogativas de formular, seguir e coordenar a política ambiental no país. Este órgão ainda tinha como intuito garantir a concertação horizontal entre diferentes setores como a sociedade civil e estruturas governamentais. (MDRA-RN, 1997 apud BATHILLON, 2018, p. 21).

O Executivo assumiu pela primeira vez a institucionalização de um departamento governamental responsável pelo seguimento da política ambiental na Guiné-Bissau em 1994. E assim surge a Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato que abarcava uma Direção Geral do Turismo, Ambiente e Artesanato (resultado do Decreto Presidencial nº 2/94, publicado no Boletim Oficial nº47 de 24 de Novembro) e subsequentemente o Ministério com o mesmo nome. No ano seguinte, 1995, a Assembleia Popular realizou a ratificação da Convenção das Nações Unidas para Luta Contra a Desertificação (UNCCD), e criou uma

Comissão Especializada para o Ambiente, Recursos Naturais, Energia e Agricultura. (REGALLA, 2010 apud BATHILLON, 2018, p. 23).

De acordo com Idem (2018), “a lei da criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau foi aprovada pelo Governo em 2004 e publicada no Boletim oficial. Decreto-Lei N° 11/2005 - Lei da Criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)”. Ainda sim, a Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-lei n° 3/97) de 1997 criou na legislação de Guiné-Bissau as categorias de áreas protegidas dos parques nacionais, dos parques naturais, das reservas naturais, dos perímetros de meio ambiente sensível, dos santuários ecológicos e das florestas sagradas e a lei das Áreas Protegidas foi aprovada pela Governo em 1997 e publicada no Boletim oficial - Decreto-lei N° 3/97 Lei-quadro das Áreas Protegidas. Esta lei foi revista, a nova foi publicada no Boletim Oficial N°9 Decreto-lei N° 5-A/2011.

Em suma, a criação das leis, decretos e convecções antes mencionados são essenciais para entendermos como é assegurado o meio ecologicamente o ambiente do país por ditas leis, mas de acordo com a minha proposta de pesquisa, fui investigar de maneira profunda e percebi a omissão dos atores políticos naquilo que toca com a sua preservação, ou seja, em não fazer valer essas leis na prática, essa omissão não só se vê apenas nos atores supramencionados que também nas ONGS ligado a questão ambiental no país.

Ao falar nisso, o país sofre com as crises políticas de maneira cíclica, desde a sua história de multipartidarismo nunca teve um presidente da república ou chefe de Estado que terminou o seu mandato, aliás, o presidente democraticamente eleito nas eleições de 2014 foi o único que terminou o seu mandato de nome José Mário Vaz, tendo que derrubar vários governos o que levou o país a se mergulhar numa crise das instituições políticas profunda. Diante disso, alguns políticos aproveitaram essa ocasião para assinar contratos com empresas estrangeiras para corte de maneiras nas matas do país de maneira descontrolada, inclusive com empresas chinesas.

A Guiné-Bissau é um país que enfrenta muitos problemas estruturais, além de frequentes instabilidades políticas que atrofiam o processo desenvolvimentista. Também é um Estado frágil e incapaz de satisfazer as necessidades básicas (alimentação, saúde e educação) para a sua população, estimada em 1.530.820 de habitantes, com a densidade populacional de 46,9h/km (TININGUENA, 2017 apud JAU, 2022, p. 5).

A gravidade da situação do crime ambiental levou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa sessão especial em maio de 2014, a denunciar a destruição do meio ambiente, e apelou-se uma assunção de responsabilidades políticas e sociais aos órgãos soberanos do País.

Entretanto, o Governo da República da Guiné-Bissau viu-se na obrigação de decretar a moratória de cinco anos de interdição de corte das árvores. Mas isso não foi suficiente para acabar com o contrabando das madeiras, pois novas denúncias de comércio ilegal de madeiras ocorreram em 2019, nos primórdios das eleições presidenciais (TININGUENA, 2017 apud JAU, 2022, p. 4).

Por conseguinte, sublinho que, na ecologia política a natureza é vista não apenas como espaço de recursos, como propõe o capitalismo, mas como ontologicamente prioritária para a existência das vidas tanto humanas quanto não humanas, aquilo que nos antecede e que de nós interconecta, na qual atividade ecológica, mesmo que por nós mediada e transformada, precisa ser conhecida e venerada ao ponto de que a forma de produção seja coadunável com sua virtude de suporte e de reestruturação do bem estar para todas as coletividades sem exceção.

1.5 Lei da terra n.º 5/98 de 23 de abril

Com a independência Nacional, em 1974, houve uma flexibilização na Guiné-Bissau naquilo que toca com as políticas públicas voltado a criação e implementação das leis em defesa do meio ambiente. “A LT estabelece que a terra é propriedade do Estado e património comum de todo o povo criando uma ruptura com antiga legislação que determinava e assegurava que a terra era a propriedade exclusivamente do Estado. Um dos seus objetivos são: Garantir a terra as comunidades locais no limite em que possam dar-lhe utilidade económica, Incorporar o regime costumeiro da terra no direito positivo, assim como as instituições que as representam e Estimular o investimento na terra através da criação de um valor de mercado para a terra (GUINÉ-BISSAU, 2011).

E, sem deixar de consagrar o direito de uso consuetudinário da terra, com algumas inovações, Lei da terra (n.º 5/98 de 23 de abril) introduz um regime novo que é o de concessão de terras, quer urbano, quer rural que pode ser de uso perpétua ou temporário, um nítido confronto com a legislação anterior. Uma outra inovação desta nova Lei, consiste na criação do mecanismo de imposto que visa, entre outras, aumentar a eficácia do uso da terra, de não incentivar a constituição ou manutenção de grandes latifundiários sobre os quais o usufrutuário não dispõe de capacidade para os dar rentabilidade económica (IDEM, 2011).

A Presente lei se mostra num dos seus artigo uma preocupação determinante com os problemas ambientais, diante disso, foi desenvolvido várias estratégias onde em prol da

questões ambientais, vale frisar que essa lei não assegurou apenas as temáticas ambientais, mas que também assegura que todos os cidadãos é reconhecido, sem nenhum tipo de discriminação com base no gênero, raça, sexo, de origem social, ética ou de proveniência dentro do território nacional. “A proteção dos solos deverá ser tomada em consideração na definição das políticas agrícolas, silvícolas, industriais, de transporte, urbanismo e de ordenamento do território” (GUINÉ-BISSAU, 2011).

“A lei, no entanto, por ser uma construção oportunista, não surtiu nenhum efeito positivo para os nativos. Não houve esforço para a sua divulgação para a sociedade civil ou para o preparo institucional de funcionários e atores-chave envolvidos para que fosse executada” (SILVA, 2020, p. 46).

1.6 A Lei n.º 10/2010: proteção ambiental na Guiné-Bissau

No decorrer do presente capítulo podemos compreender a necessidade da implementação de políticas públicas em prol da causa ambientais. Outrossim, nota-se que ao longo da história do país vem sendo articulado e estabelecidos as leis, decretos, convenções e tratados tanto nacionais quanto internacionais em defesa de um meio ambiente equilibrado e saudável para toda a população guineense. “Uma forma privilegiada de promover desenvolvimento sustentável, pela gestão equilibrada dos recursos naturais, assegurando a melhor proteção da qualidade do ambiente e, assim, contribuindo para satisfação da qualidade de vida humana” (GUINÉ-BISSAU, 2010, [s.p.]).

As normas relativas aos estudos e a avaliação do impacto ambiental e social bem como à auditoria, licenciamento e monitorização ambiental, nomeadamente no que concerne aos efeitos de determinados projetos, programas, planos e políticas públicas ou privadas no ambiente e na saúde humana. De igual modo, asseguram que, Todas as pessoas têm direito a um ambiente sã e a um quadro de vida adequado a política de salvaguarda ambiental e social tem por fim favorecer um ambiente ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente aceitável (LEI DA PROTEÇÃO AMBIENTAL (n.º 10/2010-Artigo 1º; 3º).

Para avaliação ambiental, a Lei supramencionada assegura que os instrumentos de avaliação ambiental nomeiam-se: Estudo de Impacte Ambiental, avaliação ambiental estratégica, análise de Riscos e Estudo de Perigos, Participação Pública, Auditoria Ambiental, Licenciamento Ambiental, Avaliação Económica Ambiental, Monitorização Ambiental, Plano

de Gestão Ambiental e Social, Quadro de Gestão Ambiental Social, Plano de Reinstalação, Plano de Ocupação Interna (LEI DA PROTEÇÃO AMBIENTAL (n.º 10/2010).

1.7 Ecologia profunda ou espiritual e a conexão de equilíbrio com a natureza

Conforme Capra (2001, apud LOVATTO. At al. 2011, p. 127) a ecologia profunda ou ecologia espiritual adota em suas bases a interdependência fundamental de todos os fenômenos: ela vê o universo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. Ela reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular da teia da vida.

Da mesma forma, a relação comunitária do povo pepel se dá numa interdependência, quando falo de interdependência quer dizer que não se deve e nem pode viver de maneira isolada com outras entidades e identidades. Em outras palavras, etnia pepel, é conhecido com a sua prática de cultivo com base na agricultura familiar ou de subsistência, principalmente o cultivo de arroz, sem precisar necessariamente vender tudo aquilo que foi cultivado e muito menos degradar o meio ambiente que os cerca. “A agricultura de subsistência é aquela que tem como principal objetivo a produção agrícola voltada para o abastecimento alimentício do agricultor e da sua família” (CORDEIRO, 2012, p. 12).

A noção da terra, natureza, meio ambiente e floresta para o povo pepel é sagrado, e existe vários motivos para a sua preservação. Por exemplo, a questão da morte para o grupo é crucial para que a comunidade mantenha essa relação intrínseca com a terra, porque, em todas as comunidades pepel, existe até data presente os cemitérios que eu chamaria de ancestrais e também há outros cemitérios municipais ou públicos onde todas as populações guineenses podem ser sepultadas sem exceção. Mas, nem todas as etnias que compõem o país têm as mesmas formas de encarar os mortos, para umas, quando morre um familiar o corpo é deixado no banheiro ou colocado distante das pessoas ou as vezes é sepultado no mesmo dia no cemitério municipal, ao passo que, para os pepel, o corpo da pessoa morta é tido junto à comunidade tendo que existir uma aproximação e o ato de sepultar demora muitos dias.

Diante desse exemplo, uma entrevistada minha responde o seguinte quando é perguntado a respeito dessa questão, afirma que:

Para nós pepel, não existe morte, a pessoa pode não existir mais fisicamente, mas pelo espírito existe e é lembrado sempre por meio de muitas e várias cerimônias e rituais que fazemos para manter a relação âmagô com os seus espíritos. Vou te dizer o seguinte, terra para nós pepel, não é de brincar, cada um de nós tem sua ligação com as terras dos seus antepassados, por exemplo, se eu morrer hoje, o meu corpo não pode ser enterrado no cemitério vai precisar ser levado para a terra de onde os meus antepassados vieram, meus avós são de antula e eu moro aqui em djaal, o meu corpo vai ter que ser enterrado em antula. Outra coisa que eu preciso falar é sobre a forma como nós enterramos os nossos mortos, a gente enterra nos nossos quintais, nas varandas ou até mesmo dentro de casa, mas muitas pessoas que não entendem a lógica da nossa cultura julgam de ridículo a forma como lidamos com os mortos e com os nossos territórios. Ié, Entrevistada, junho, Guiné-Bissau, 2024.

Dentre vários outros rituais destaquei apenas o antes relatado porque nos ajuda a compreender que o sentido/significado da terra ou natureza para o povo pepel é sagrado por conta das suas múltiplas cerimônias e rituais por eles praticados que possibilitam a sua preservação. No livro “a queda do céu”, autores trouxeram reflexões cruciais no aquilo que toca com a questão de preservação da terra. “Omama a criou e deu a nós para que vivêssemos nela. Mas os brancos se empenham em devastá-la, e, se não a defendermos, morreremos com ela. Nossos antepassados foram criados nesta floresta há muito tempo” (DAVI; ALBERT, 2015, p. 74).

O povo Pepel sempre teve e ainda tem a cultura de manter preservado a natureza e fazer com que as suas “tradições e crenças” ancestrais mantivessem vivas, mas muitas das vezes são comparados como, bárbaros que só querem viver na escuridão juntos ao animais, em outras palavras, os pepel são vistos como povo que não gosta de “desenvolvimento”. “Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos” (IDEM, 2015, 78).

Encarar a natureza como parte integrante da coletividade Pepel, a obra “Ideias para adiar o fim do mundo” do teórico brasileiro, ambientalista Ailton Krenak, comenta duras crítica sobre a noção da humanidade separada da natureza, em outro modo, a falta de respeito para com a ecologia e a degradação do meio ambiente presente nos dias atuais. “Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios” (KRENAK, 2019, p. 11).

“Ideias para adiar o fim do mundo” é uma obra fundamental, pelo o seu pensamento crítico à visão ocidental e capitalista que vem para destruir o meio ambiente sem nenhuma veneração ao povo originário que tem suas culturas e divindades conectados na entidade da natureza e que sempre é tida com todo o respeito. Essa ideia dicotômica que coloca a sociedade/humanidade como fenômeno diferente da natureza marca uma consciência de luta de população indígena que se estende ao poder público, esse facto também podemos vê no povo Pepel, a luta por um reconhecimento como povo originário dos seus territórios que estão sendo tomados por viés de comportamento “consumista e desenvolvimentista” que ameaçam os recursos congêntos e colocam em risco a vida da população local, dos outros seres e por fim, mata as crenças ancestrais.

Neste mesmo entendimento de que a terra deveria ser ocupada com as construções sem medir as consequências prévias Krenak (2019), assegura que:

São os donos da grana do planeta, e ganham mais a cada minuto, espalhando shoppings pelo mundo. Espalham quase que o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo. Os grandes centros, as grandes metrópoles do mundo são uma reprodução uns dos outros. Se você for para Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, verá o mesmo entusiasmo em fazer torres incríveis, elevadores espiroquetas, veículos espaciais... Parece que você está numa viagem com o Flash Gordon. (KRENAK, 2019, p. 11).

“O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas” (Idem, 2019, p. 21). De escordo com esse pensamento, existe na sociedade guineense uma ideia que eu em particular não apenas como uma pessoa que pertence à etnia Pepel, mas sim, como um acadêmico com senso crítico e pesquisador que pretende contar outra versão da realidade do grupo que eu pertenço, ideia essa que eu chamaria de preconceito em detrimento da cultura Pepel. Existe entidades sobre naturais que incorporam nos fenômenos naturais tais como, pedras, água, árvores/plantas que mantém uma ligação simbólica com espíritos das pessoas falecidas, mas para, é realizado um ritual que possa legitimar pessoas para exercer essa função de manter a comunicação entra os vivos e os mortos.

Você sabe ne, que a sua tia Pontá e o seu tio Dafá hoje são os nossos ancestrais, eram balobaros na balobas aqui do reino de Antula, para ser balobaros há todo um processo que se vê nas nossas clãs depois de todo esse ritual de passagem, a pessoa recebe uma encarnação e é legitimada a comunicar as línguas que nem a gente sabe falar, essas entidades sobrenaturais

têm suas identidades próprias que no nosso mundo dos vivos é semelhante, digo semelhante no sentido de que, essas entidades se manifestam nas pedras, águas, plantas, árvores rios ou nos outros fenômenos ou objetos que ao nossos olhos nus podemos entender que não tem vida, para no mundo dos espíritos, existem vidas, e essas vidas só se comunicam com as pessoas como katanderas e baloeiros que continuam mantendo conexão harmoniosa com os nossos antepassados. Djú, entrevistado, Guiné-Bissau, maio, 2024.

1.8 Maat e Ubuntu: Uma cosmo percepção de relação com o meio ambiente

“Maat é um conceito, um símbolo e uma Deusa, como conceito filosófico refere-se aos antigos conceitos egípcios de verdade, equilíbrio, ordem, harmonia, lei, moralidade e justiça” (JUNIOR, C. A. HENRIQUE. 2020, p. 122). Ubuntu é uma ética filosófica de respeito ou convívio harmonioso e mútuo pelo com o “outro”, ou seja, é uma forma de respeito e valorização da convivência humana e da natureza. (RAMOSE, 2002).

De acordo com a definição e noção sobre maat, nos mostra como é importante a ideia da ética, harmonia e equilíbrio entre a comunidade e a natureza e sobre a verdade na minha concepção não estaria ligado a noção da razão intelectual, mas sim, fala de uma relação de veneração com a natureza e de todas as vidas que nela habitam. Da mesma forma, o filósofo e professor Mogobe Ramose na sua obra “a ética do ubuntu”, ele debruça sobre importância de interdependência e interconectividade tanto como a humanidade quanto como os seres não vivos, dito em outras palavras, uma pessoa não é apenas pessoa por mais das coletividades humanas, isto é, os demais seres humanos, assim como os nossos ancestrais, e de todos os outros seres do mundo todo, inclusive, a natureza e seres não humanos (RAMOSE, 2002).

“A terra para os nossos ancestrais não se vendia, ou seja, não era uma propriedade privada de ninguém, e muito menos poderia ser vendida, mas atualmente os nossos filhos obcecados com bens materiais nem se pensam duas vezes já querem vender para “mudar de vida”. Nós aprendemos com os mais velhos de que a terra pertence toda a comunidade e serve para uso das gerações vindouras, porque tem um ritual que chamamos djec ossak, onde se primeiras pessoas que povoarem numa comunidade morrer tudo, é realizado esse ritual baseando no clã que convoca os homens legítimos para repovoarem os territórios ancestrais” Nanque, entrevistado, Guiné-Bissau, maio, 2024.

De acordo com a fala do nosso interlocutor, a terra não se pode vender, mas existe toda uma construção social e de alienação que é cristalizada na cabeça de algumas pessoas que pensam em vender terras. De forma paradoxal, não se pode vender terra, se for o contrário, haverá sempre consequências, porque para os ancestrais, não se pode ficar sem manter as relações com os vivos nos territórios deixados por eles, e se a pessoa vender nem se quer uma porção de terreno sempre sofrerá as duras consequências, elas podem não ser apenas individual, mas sim, pode afetar toda a família de quem descumpriu esse princípio harmonioso e vital.

Neste encontro, estamos tentando abordar o impacto que nós, humanos, causamos neste organismo vivo que é a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. (KRENAK, 2019, p. 22-23).

“Não, a terra como um sítio, mas como esse lugar que todos compartilhamos” (idem, 2019, p. 24). “Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: “Isso é algum folclore deles”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: “Não, uma montanha não fala nada” (idem). “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (idem, 2019, p. 24).

De acordo com Oyěwùmí (2019), na sua obra “conceituando o gênero”, aborda conceito analítico “cosmo percepção” e faz duras críticas ao imperialismo e colonização. A crítica da autora se baseia em algumas categorias que para ela foram construídas socialmente e tidas como categorias universais e sem ter que levar em conta todas as outras especificidades ou particularidades das outras sociedade como no caso da sociedade nigeriana e em particular a sociedade ioruba. A crítica dela não se restringe apenas ao feminismo branco por não ter como pauta a questão racial, mas sim, critica, família nuclear, instituições sociais (família), critica a categoria “mulher” como universal e por fim, fez uma dura crítica linguística de como algumas categorias da sua língua foram traduzidas no idioma inglês que resultou numa distorção da veracidade fatural da realidade dela.

A cosmo percepção nos possibilita a uma compreensão daquilo que não seja enxergado apenas visualmente, confluindo para uma combinação de sentidos. Tal paradigma de

coexistência nos move a uma recusa da separação absoluta entre dentro (o corpo) e o fora (o mundo), o que leva a uma dimensão de pertencimento onde todos os sentidos e corpos são veiculados e pertencentes a essa “unidade” de constituição do pertencimento.

Ao que diz respeito a espiritualidade Pepel, a cosmo percepção nos oferece a possibilidades de entendimento da natureza através de um tributo mobilizador: o sagrado. Assim, apresenta-se uma maneira mais inclusiva de descrever concepções de grupos que possuem uma relação em que natureza é o elemento fundamental que configura a cultura e um modo que vai radicalmente além da ideia ocidentalizada de uma natureza paisagística, objetificada e berço da matéria-prima para o “progresso humano” (OYĚWÙMÍ, 2019).

1.9 Ecologia decolonial: A descolonização do conhecimento e a construção de outros mundos possíveis

Nesta sessão, busco debruçar criticamente sobre a forma como a habitar colonial da terra, também farei uma análise crítica do período dito “modernidade”, capitalismo e o conceito antropocentrismo que coloca o “homem” acima de aquilo que é a natureza. Para isso, autor como Malcom Ferdinand na sua obra “Uma ecologia decolonial, traz reflexões cruciais sobre a relação entre o colonizado e colonizador, na concepção do autor, seria impossível pensar as lutas ecológicas sem levar em consideração a máquina colonial que é responsável por esse modelo mundo e humanidade (FERDINAND, 2022).

As colocações do teórico nos proporcionam uma compreensão de que os modos ameríndio de se relacionar com a terra é totalmente diferente ao modo colonial de habitar a terra. O primeiro se relaciona e encara a terra como mãe nutriz e não como simples terras que qualquer pessoa pode chegar, ocupar e extrair tudo que nela existe. Diante desse paradoxo, autor sugere a necessidade de uma ecologia decolonial que questione o habitar colonial da terra e também tem como a proposta desconstruir os agenciamentos políticos que mantêm a metáfora que ele chama de porão da modernidade.

Por outro lado, Grada Kilomba no seu livro “*Memórias da Plantação*”, trás reflexões da necessidade de se libertar da imposição e aprisionamento do viés colonial. “Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim, eu própria. Não sou o objeto, mas sujeito. Eu sou quem escreve a minha própria história, e não quem é descrita” (KILOMBA, 2019, p. 27-28).

Nesta senda, a obra da teórica não só é crucial para os debates raciais e feministas como também nos oferece as possibilidades reflexivas sobre o processo político da destruição ecológica. No decorrer da obra, autora fez duras críticas sobre a linguagem, na sua concepção, a língua tem uma função política e social que define e legitima as relações sociais de poder. Para isso, escrever e falar sobre nós mesmos é ato de descolonização das imposições coloniais da forma como fomos e somos descritos como objetos do colonizador e não como sujeitos da sua própria história e cultura. “Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou” (IDEM, 2019, p. 28).

“Descolonização refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e portanto, envolve a realização da independência e autonomia” (KILOMBA, 2019, p. 224). Em suma, o desfazer ao colonialismo é necessário, porque, os nossos relatos subjetivos como sujeitos que foram e ainda são encarados como exóticos e subordinados historicamente e silenciados por sistema colonial branco, processo de negação de existência de outros povos com as suas culturas e modos de enxergar o mundo totalmente diferentes

A obra, “*a terra dá, a terra quer*”, do pensador Antônio Bispo dos Santos, também trás reflexões que de certa maneira dialogam com o pensamento da autora supracitada sobre aquilo que toca com a questão colonial. A crítica do nosso ancestral Santos, está intrinsecamente ligado a ideia de “humanidade”, para ele, a humanidade é definida a partir de certo povo ao seu interesse, porque tem gente que são consideradas não humanas, por conta disso, essa categoria não vale para todos, também fez crítica ao conceito de sociedade na concepção dele, a ideia da comunidade seria mais adequada para a sua realidade, porque na comunidade tem sempre a confluência que seria ideia de envolvimento e não o desenvolvimento (SANTOS, 2023).

Nessa perspectiva, autor define a cidade como:

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (SANTOS, 2023, p. 8).

Essa citação é muito fundamental para entendermos a ideia de cidade e a violência que os povos originários passam mediante os projetos arquitetônicos e desenvolvimentistas que

apenas chegam com o propósito de destruir e acabar com grupos originários com os seus modos de vida e conhecimentos ancestrais de ralação cordial e de harmonia com a natureza, fenômeno que na perspectiva das cidades seria totalmente paradoxo. Em outras palavras, eu simpatizo com autor, porque o meu sujeito de pesquisa, lagoa nbatonha foi alvo desse modelo de desenvolvimento, porque se entende melhor destruí-la por ser um espaço de atraso cultural e de desenvolvimento e que precisaria se tornar num dos modelos europeus de avanço arquitetônico que ele chama de “cosmofobia”. “A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade” (IDEM, 2023, p. 9).

Os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza. As cidades são estruturas colonialistas. Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista. Há povos vivendo a duras penas nesse território colonialista. Quando falo em povos da cidade, falo de povos euro cristãos colonialistas, mas do ponto de vista territorial (SANTOS, 2023, p. 10-11).

Autor camaronês oferece observações sobre a violência colonial sobre os demais grupos de ponto de vista de poder. “O poder é a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5). Violência está impregnada nas estruturas de relações e convivências sociais, efeitos da colonização e da escravidão e continuam presentes nas sociedades contemporâneas, sistema capitalista, modelo da colonização se instituíram na violência que se deu na base de hierarquia e segregação social de grupos vulneráveis. O autor faz crítica ao “Estado nação”, processo histórico colonial e capitalista, considerando a micropolítica com a minha temática de pesquisa, percebe-se, que o controle de poder estatal está presente nos dias atuais. Porque, acabar com a lagoa ancestral Pepel nbatonha, é como se o Estado decidisse-se quem deve morrer e como deve morrer, isso sim, a noção do conceito micropolítica.

A ideia de negar a humanidade, cultura à um certo grupo de pessoas, Santos (2023), afirma que, concorda com o pensamento de que não temos cultura, porque a cultura, ela mesma é contrária ao povo originário, “nós não temos cultura, nós temos modos de ver, de sentir, de fazer as coisas, modos de vida”. Porque, para autor, cultura é uma coisa padronizada, mercantilizada e colonial. Mediante a fala do pensador brasileiro, percebe que você é negado a cultura na medida que não se comporta ou fazer coisa diferente do colonizador, para manter o poder sobre os demais povos sempre é fabricado as estratégias para estigmatizar, estereotipar e criar preconceitos entorno de todas as práticas outras, que não sejam do colonizador. “A

cosmofobia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária”

“A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (SANTOS, 2023, p. 16-17). A obra viabiliza relatos pessoais do pensador que na verdade não deixaria de trabalhar com ele nessa pesquisa, porque os relatos sobre a sua experiência na cidade grande quando viajou para São Paulo e Rio de Janeiro percebeu que o lugar dele não era ali, porque eram dois mundos totalmente diferentes, ao ver as construções arquitetônicas que não respeitam outros modos de vida, aquilo foi assustador para ele, a forma de jogar o lixo, que para ele o orgânico não se separa da comunidade, ou seja, a relação com os demais seres ou vidas é sempre com base no respeito e no equilíbrio harmonioso.

Para autor, não existe política e muito menos a democracia para quilombolas, porque, “toda política é um instrumento colonialista, porque a política diz respeito à gestão da vida alheia”. Eu queria discordar com autor, mas quando terminei de ler o texto foi nítido a ideia que ele traz, a necessidade de conflitos comunitários serem resolvidos dentro da comunidade. Com base nisso, o povo Pepel tem os responsáveis comunitários chamados: régulos e katanderas, onde os conflitos comunitários são resolvidos internamente, sem precisar de levar o assunto para “instâncias superiores” da justiça. Concordo com a fala dele, porque se existisse os dois conceitos antes mencionados, a lagoa nbatonha não estaria sendo agredida ou destruída, porque, está plasmado na constituição do país o respeito pela com a natureza.

Na sessão do livro, *intitulado colonialismo de submissão* autor debruça sobre o que ele chama de colonialismo universal e colonialismo de submissão. Segundo se aplica a Caatinga na perspectiva de querer combater essa cidade como se fosse algo ruim. Também fala sobre a vergonha que o seu povo sentia de vender os produtos cultivados para a subsistência. “Se a natureza te oferece de graça, por que vender? Isso é puro colonialismo”. A frase que norteou a pesquisa desse livro é também a que resume a principal luta das katanderas, porque, defender a lagoa, não é apenas uma mera luta, mas que passa necessariamente por questão que autor levanta que é a necessidade de sobrevivência comunitária. Mas, “processos colonialistas como esses tentam nos enganar transformando os nossos saberes em mercadoria” (SANTOS, 2023, p. 66).

“O desenvolvimento e o colonialismo chegam subjugando, atacando, destruindo” Santos (2023, p. 62). Diante disso, autor nos convida ao que ele chama de contra colonização,

porque é ideal e nos dá instrumentos tanto no debate teórico quanto na prática para enxergar de melhor forma os sistemas de existência e resistência. “Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação” (SANTOS, 2023, p. 62-63).

2. CONFLITO AMBIENTAL ENTORNO DE LAGOA NBATONHA

Este capítulo discute sobre o conflito no território Pepel especificamente na lagoa nbatonha. Importa frisar que esse lugar fica situado em Bissau atual capital do país. A lagoa nbatonha nunca foi um território com uma relação saudável, ou seja, foi e ainda é um território conflituoso, na qual a relação entre Pepel com algumas entidades foi historicamente marcada pela violência e a usurpação desse territórios.

Por outro lado, o capítulo debruça sobre a importância da mobilização em sua defesa. Importa dizer que o povo Pepel a pesar de impacto das culturas impostas, ele segue sempre a praticar o seu modo de vida com base na tradição dos seus ancestrais transmitido de geração para geração. Mediante o exposto, a lagoa supramencionada é tida como um espaço sagrado onde as katanderas acreditam na sua força vital e realizam os seus rituais, porque elas acreditam que nessa lagoa, existem vidas que simbolizam a memória ancestral e comunitária. No entanto, a sua preservação é indispensável.

2.1 Território e conflito

Partindo do princípio de que, território como a base das relações humanas, Santos (2007, p. 13 apud Sá 2018, p. 14), parte da definição de que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. São necessárias as reflexões do autor, sobre aquilo que toca com a necessidade de convívio social por meio de território e a necessidade das novas dinâmicas das sociedades contemporâneas, apontadas por fenômenos da a globalização, capitalismo e seu impacto ecológico.

Faz todo sentido viver no território para a população tradicional, quilombola, e indígena. Morrem para não sair da beira de um rio porque reconhecem aquele rio, dão nome a ele, lutam. Não saem do pé de uma serra do alto de uma montanha porque ela é da sua família, do seu avô,

do seu tio, da sua mãe; é um ancestral que zela por aquele lugar e o guarda para outros. A partir desses lugares sagrados cada povo se constitui com seus pensamentos, culturas e práticas para viver na terra (KRENAK, 2021, p. 4-5).

O termo conflito tem sido usado por diferentes autores e cientistas em diferentes temáticas. Porém, por definição, refere qualquer momento no qual dois ou mais entidades/partes se encontram em situação de incompatibilidade em termos de objetivos Jacoby (2008 apud C6, 2010, p. 5). Um conflito pode ser considerado como elemento provocador de mudanças sociais, de unificação e reorganização de uma determinada sociedade, ou sinal de falta de harmonização entre os membros de uma determinada comunidade ou grupo (CÓ, 2010, p. 5).

A Guiné-Bissau é um país com mais de uma dezena de grupos étnicos representativos, distribuídos nas oito regiões do país, incluindo a capital Bissau. Este mosaico é constituído, por um lado, pelos muçulmanos (liderados maioritariamente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas), por outro, pelos animistas (liderados maioritariamente pelos Balantas, Manjacos, Pepeis e Mancanha). Existe ainda o grupo dos crioulos, que não se identificam etnicamente, sendo produtos de mestiçagem étnica e racial, e professam em boa parte a religião cristã (CO, 2010, p. 6).

Apesar de trazer alguns dados relevantes para compreendermos como se dá o mosaico étnico no país, por outro lado, eu discordaria com ele quanto a classificação étnica feita na sua discussão. “Este mosaico é constituído, por um lado, pelos muçulmanos (liderados maioritariamente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas), por outro, pelos animistas (liderados maioritariamente pelos Balantas, Manjacos, Pepeis e Mancanha)”. Percebe-se, a partir dele que esses tipos de narrativas só subestimam e reforçam estenótipos sobre um determinado grupo de pessoas.

2.2 Nome como traço da confluência social com a cultura

Os nomes próprios tanto de pessoas como de lugares estão além da simples identificação dos lugares e indivíduos no globo terrestre, quer dizer, que o nome de uma pessoa não só serve para que ela seja identificada dentro da sociedade da qual faz parte e registrada nos documentos oficiais do estado ou religiosos, mas também, é um registro de acontecimentos, de homenagens, de proteção, de pertencimento, ou melhor, é, “por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que em certas circunstâncias, a não ser através deles escaparia as gerações futuras” (DICK, 1990, p. 178 APUD IE, p. 140).

Para tal, alguns nomes são listados em seguida que não só servem por simples identificação: *Abikit* veio a colheita: nome dado aos nascidos na época da colheita de arroz. *Abipkun*, veio a carregar, depois da colheita de arroz no campo as mulheres o transportam para casa. Portanto, o nome é dado para uma criança do sexo feminino nascida nesse período. *Abipsol* veio para ir, quando uma mulher Pepel perde bebês por duas vezes, seguida, isso é interpretado como se fosse a mesma criança que foi voltou e foi de novo, nesse caso a terceira recebe esse nome, que o fará envergonhar de morrer de novo. *Bikinhor*i que me acompanhe, refere ao poder ancestral de cuidar ou forma de proteção (IÉ, 2021, p. 147-148).

Dessa maneira, ao longo dessa descrição é possível perceber que alguns nomes não são atribuídos à toa para os Pepel, têm como o fator motivacional o evento ocorrido na altura do nascimento da criança, isso nos permite compreender as práticas sociais de uso da língua Pepel para referenciar fatores extralinguísticos através da escolha dos nomes próprios de pessoas desta tribo. (IÉ, 2021, p. 147-151).

Em vista disso, nbatonha passa necessariamente nesta linha de compreensão. Porque, é um nome dado em homenagem a memória coletiva do régulo responsável por aquele território que sempre defendeu a lagoa quando o sistema político do colonizador português queria tomar aquele lugar para construir instituições que iriam contra sistema arquitetônica Pepel e de seus modos de vida. Ideia sobre nbatonha, remete uma noção da luta coletiva, porque, ao traduzir esse nome em português, significa, “não sou ninguém”, o que significa, a crucialidade de uma luta coletiva em prol de território Pepel.

Figura 2- Lagoa Nbatonha símbolo das entidades vivas



Fonte: Lassana Cassamá. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/parque-n-batonha-em-bissau-for%C3%A7as-de-ordem-dispersam-ambientalistas-em-vig%C3%ADlia-/6905549.html>

A imagem nos ilustra a lagoa nbatonha, ela fica situada no bairro *tchon de Pepel*, bairro esse povoado inicialmente por etnia Pepel de acordo com os “relatos” dos nossos mais velhos, fato esse que se confirma em todo o país de que Pepel é o primeiro povo a ocupar Bissau e posteriormente foi sendo povoado por outros grupos étnicos. Essa lagoa, sempre foi preservada pela comunidade Pepel a muitas décadas. A revolta do povo Pepel em defesa das suas terras também se dá com o régulo de Bissau no instante da presença portuguesa sob liderança do régulo *Incinha* quando os portugueses queria roubar esse território para construir a fortaleza, aí se deu as revoltas e resistências do povo Pepel contra o regime que queria destruir a lagoa e o seu sistema ecológico (NANQUE, 2016, p. 47).

Uma abordagem geral sobre os povos que hoje constituem a população nacional da Guiné-Bissau antes da invasão dos portugueses se baseia na obra de Lourenço *Ocuni Cá* que fundamenta que o modo de vida desses povos era fundado basicamente na agricultura de subsistência, mas também no pastoril, na pesca e na caça. O sistema agrícola era baseado na “rotação dos solos” e até hoje o sistema é o mesmo. Nesse sentido, a terra era explorada apenas uma vez por ano. “O trabalho humano, apesar de ser voltado quase todo para as atividades agrícolas, também envolvia atividades artesanais, como a confecção de catana, flecha, lança, potes”, e etc. (CÁ, 2000, p. 2 APUD NANQUE, 2016, p. 32-33).

Diante de algumas atividades de dia-a-dia do povo Pepel, como cultivo de arroz nas *bolanhas*, não seria justo deixar de cuidar da lagoa, porque ela não só irrigava as bolanhas para facilitar o plantio, como também serve como entidade de busca incansável por uma relação intrínseca entre a comunidade e com os ancestrais. “[...] a maioria das pessoas pensa que só se vive em terra forma e não imagina que tem uma parte que encontra nas águas e a completude da sua existência da sua cultura [...]” (KRENAK, 2022, p. 17).

“As pessoas podem viver com o espírito da floresta, viver com a floresta, estar na floresta” (KRENAK, 2019, p. 13). Esta perspectiva de viver e estar na floresta, muitas das vezes é enxergado como algo que não tem lógica. A fala do autor atravessa o povo Pepel como parte da conexão do seu convívio, mas para quem não compreende a dinâmica Pepel de viver e sentir a floresta, vai sempre folclorizar e menosprezar esse modo de viver e de cuidar daquilo que supostamente possa ser entendido como o atraso e que precisaria ser eliminado para estabelecer as perceptivas civilizatórias e desenvolvimentistas.

Da mesma forma, Ferreira e Felício (2021), no livro por terra e território informam o seguinte:

E a sabedoria das tradições deve ser diferenciada da religião. Isso não deveria ser uma matéria de discussão, mas há muita ignorância dentro do ocidente a este respeito. Enquanto a religião é o aspecto institucional, docente, dogmático, doutrinal e manifesto da experiência com o divino, a espiritualidade é o aspecto antológico, discente, subjetivo, experiencial e oculto da aprendizagem com o divino (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 151).

3.4 Projetos desenvolvimentistas e as consequências ecológicas

Nesta sessão, discuto sobre a ideia de alguns projetos ligados a noção de “desenvolvimento”. Para esse propósito, faço lembrar que a ideia de desenvolvimento não é um fenômeno de agora, mas que ao longo tempo vem sendo problematizado nas Ciências Humanas e em especial nas Ciências Sociais. “Diante das circunstâncias atuais de exploração econômica, degradação ambiental e desigualdade social com aumento dos índices de pobreza, a realidade revela que a irracionalidade também é um produto da razão humana, sugerindo, senão, críticas, reflexões e diferentes posicionamentos acerca da relação entre o ser humano e a natureza (RECH; SILVA. 2017, p. 15).

De acordo com RECH; SILVA (2017), “O meio ambiente sadio constitui elemento indissociável da vida, melhor dizendo, é requisito indispensável da existência de qualquer forma

de vida, dentre as quais, a vida humana”. O desgastado relacionamento da espécie humana com o mundo natural se deve em grande parte à posição do homem em relação aos demais elementos e espécies que compõe o meio ambiente, vale dizer, a concepção que a espécie humana possui do mundo ao seu redor (RECH; SILVA (2017, p. 14).

Nesse sentido, a concepção antropocêntrica seria uma categoria fundamental que nos ajudam a entender como se dá essa relação de superioridade e de controle entre homem-natureza. De origem greco-latina (anthropos, o homem; centricum, centrado), o vocábulo diz respeito à posição central da espécie humana em relação ao universo. Nessa concepção, os demais integrantes do ecossistema ocupam uma posição periférica, condicionada às necessidades do homem, relevando em importância à medida que se fazem úteis aos desideratos da espécie (RECH; SILVA (2017, p. 16).

Nesse sentido, Gonçalves (2010, apud RECH; SILVA 2017, p. 16), “afirma que a ideia do “homem não natural”, exterior ao meio em que vive se solidificou com a sociedade industrial, a partir do capitalismo”. O trecho mostra como a noção antropocêntrica não se preocupa com as questões ambientais se como uma necessidade às aspirações das vidas no planeta terra, mas sim, faz dos ecossistemas nada além de simples dispositivos a serviço do homem na terra.

Figura 3- Agressão à lagoa Nbatonha e a intervenção do coletivo da etnia Pepel (OTEPI)



Fonte: <https://angnoticias.blogspot.com/2023/01/ambiente-organizacoesde-preservacao.html>

Este quadro ilustra de forma as concepções desenvolvimentistas vão contra os princípios bens coletivos de certos povos. Importa dizer que, nbatonha sofreu ataque de destruição desde a era colonial, há relatos dos mais velhos de que os portugueses queriam acabar com a lagoa para construir um modelo arquitetônico que iria totalmente contrário aos princípios do povo Pepel, mas por contra duma luta coletiva do povo, não conseguiram derrubar essa memória e a força ancestral, como o nome já disse, nbatonha, significa não sou ninguém o que remete a ideia de que a luta está em torno da coletividade. “As constantes lutas que os portugueses enfrentavam em Bissau acabaram por fragilizar todo o sistema português ali implantado” (NANQUE, 2016, p. 48).

Existe no país as diferentes concepções daquilo que é território entre autoridades estatais e das comunidades tradicionais em particular pepel. Na qual partem da concepção de que o território é sagrado, e que a apropriação requer todo o processo simbólico que geralmente são baseados num tipo longo do processo ritualístico. Tais rituais tendem autorizar ou regularizar o uso do um território ancestral que, por vários motivos deve passar a ser usado para os fins da manutenção da comunidade. Ao passo que, o entendimento moderno do Estado guineense se vincula ao território de maneira paradoxal com a única finalidade de espoliar para atender os ditames da especulação imobiliária e empreendimentos estatais ou privados.

Situações que vem provocando falta do entendimento de conflitos sociais nessa comunidade (SÁ, 2018, p. 15-16).

No meio de inúmeras tentativas de destruição que Nbatonha já sofreu, a última aconteceu recentemente. Devido a instabilidade política que o país se encontra, as instituições públicas se encontram banalizadas e sem controle nenhum de poder público. Diante disso, os políticos se aproveitam das fragilidades das mesmas para cometer atrocidade no país, porque bem sabem que mesmo cometendo um crime contra o que é público não vão responder na justiça. Temos um presidente da República que em vários discursos dele pelas imprensas só afirma o seguinte: “*o país precisa ser urbanizado, as pessoas precisam se aculturar e ser urbanizados*”.

Diante desse tipo de discurso, percebe que o presidente não está nem ai para nada. No começo do ano dois mil e vinte e três por parte da autoridade nacional nomeadamente Nuno Gomes Nabian na pessoa de primeiro ministro, ministro das obras públicas e o próprio Presidente da República começaram a construção das obras na lagoa, alegando que a sua construção não teria nenhum impacto ambiental e muito menos consultaram o povo Pepel como dono e responsável da mesma. Isso provocou muita revolta. Ainda em dois mil e desaseis, nbatonha passou por um processo de requalificação, com o financiamento da União Europeia em que passou a ser visto como “lugar de lazer” e de potencialidade turística em que o nome foi alterado e passou a ser chamado de “*Parque Europa Lagoa Nbatonha*”.

Diante dessa ideologia capitalista de destruir os territórios/terras das populações originários pondo em causa a continuidade as suas práticas ancestrais Ferreira e Felício afirma que:

Essas ideologias do capitalismo que nos inundam e nos impedem de cultivar as simples coisas também convertem nossos territórios que eram sacralizados em mercadoria para ser comprada e vendida. E o impacto, portanto, não é ambiental somente. Há que se pensar no impacto epistêmico étnico e espiritual. “As ideologia chegam primeiro que as máquinas” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 159).

A mudança de nome foi um dos fator crucial para a revolta da comunidade Pepel e também pela a forma como as autoridades locais em colaboração com a União Europeia decidiram mudar o nome sem ter nenhum tipo de respeito do sentido próprio de atribuições dos nomes para o povo em causa, como foi discutido, a atribuição de nome para etnia Pepel é de crucial importância, o nome dessa lagoa foi atribuído em homenagem a um defensor ecológica

e da cultura desse povo e que na atualidade é lembrado e celebrado por meio das oferendas que as katanderas dão por meio de rituais.

“Desenvolvimento” é uma ideologia que conduz a uma conformação cultural, política e econômica dos países anteriormente demarcados pela posição colonial aos modos de existência dos euro norte-americanos, maiores beneficiários do processo de globalização” (MENDES, L. Isabela, 2021, p. 5). Entender a noção de querer acabar com nbatonha e a luta em prol dela, passa necessariamente antes de tudo ter ideia de como os discursos do norte global e coloniais são “veneno” por demais, aí vem a minha pergunta com intuito de questionar as dualidades problematizadas por Bhabha (2019), quem é o desenvolvido e o não desenvolvido? Quem tem cultura e quem é incultura? Quem é religioso e quem não é?

Diante desses questionamentos, podemos ver que são narrativas intrinsicamente ligadas as circunstancias supramencionados que muitas das vezes são enxergadas e cristalizadas socialmente como algo natural e que não precisaria ser questionado e problematizado, com isso, é de fundamental importância para que nós enquanto pesquisadores e cientistas sociais começarmos a interrogar os “fatos sociais” por meio das nossas indagações, como isso, muitos fenômenos sociais e “*status quo*” das coisas que duma certa forma acabam subestimando as virtudes de um certo grupo. É preciso respeitar a forma como o povo Pepel lida com tudo ao seu redor, porque, todas as vidas precisam ser respeitadas independentemente da sua espécie.

Vale frisar que, esse crime ambiental ou desrespeito contra sistema ecológico, aconteceu numa altura em que o país estava e ainda está sob governo que foi duramente criticado pela sociedade civil e partidos da oposição, porque, muitas das suas ações, sempre foram com base na ilegalidade, um governo em que houve muitos espancamentos de pessoas (ativistas) que dirigiam críticas ao governo, principalmente ao presidente da República Umaro Sissoco Embaló, o mesmo pertence a uma etnia que na atualidade tem mais números de população e o mesmo Presidente se considera praticante da religião muçulmana, religião essa, que é mais praticada no país provavelmente se incomodaria com as praticas que as katanderas fazem no local que já está rodeado de várias infraestruturas tidas como desenvolvidas.

Nesse mesmo pensamento, a obra, “*a terra dá, a terra quer*”, do pensador brasileiro Antônio Bispo dos Santos, também trás reflexões sobre aquilo que tem a ver com a violência implantada pela a colonização. A crítica do nosso ancestral Santos, está intrinsicamente ligado a ideia de “humanidade”, para ele, a humanidade é definida a partir de certo povo ao seu interesse, porque tem gente que são consideradas não humanas, por conta disso, essa categoria

não vale para todos, também faz crítica ao conceito de sociedade, para ele, a ideia da comunidade seria mais adequada para a sua realidade, porque na comunidade tem sempre a confluência ideia de envolvimento e não o desenvolvimento (SANTOS, 2023).

Nessa perspectiva, autor entende a cidade como:

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluam todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (SANTOS, 2023, p. 8).

O trecho nos proporciona entendimento da ideia de cidade e a violência que os povos originários passam mediante os projetos arquitetônicos e desenvolvimentistas que apenas chegam com o intuito de destruir e acabar com grupos originários com os seus modos de vida e conhecimentos ancestrais de relação cordial e de harmonia com a natureza, coisa que na perspectiva das cidades, seria totalmente diferente. Desse modo, eu simpatizo com o autor, do ponto vista do meu sujeito de pesquisa, a lagoa que foi alvo desse modelo de desenvolvimento, porque se entende melhor destruí-la por ser um espaço de atraso cultural e que precisaria se tornar num dos modelos europeus considerados de avanço e de desenvolvimento arquitetônico que ele chama de “cosmofobia”. “A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade” (IDEM, 2023, p. 9).

Diante dessa fala do Bispo, não deixaria de relacionar esse fato com a realidade vivida por povo Pepel, apesar do pensador se referir a comunidade quilombola e indígena do Brasil, mas que de maneira específica têm algo em comum que é o processo histórico conhecido no mundo todo como a colonização, os relatos de vulnerabilidade social tratado por autor como causa e fator das violências que os quilombolas sofreram e ainda sofrem é a forma truculenta como se deu o processo expulsivo compulsória dos quilombolas para a implantação da Base Aérea de Alcântara, no Estado do Maranhão.

Sarr (2019), preocupado e engajado com as novas dinâmicas sociais especialmente no continente africano, traz reflexões nos seus estudos no que toca com as dimensões econômicas, políticas e culturais, para mais, nos convoca a desistir/deixar de lado os dispositivos hegemônicos/brancos e ocidentais provocadores de destruição ambiental. Na visão do teórico, afrotopia seria ideia de aconselhar/preconizar que o continente africano ocupe o centro, também

a ruptura com modelos economicistas de desenvolvimento e uma recusa aos essencialismos foi umas das preocupações do pensador.

A obra “afrotopia” é fundamental para embasar o meu argumento sobre a luta das katanderas em defesa de nbatonha, porque é uma categoria que nos convoca a valorizar a pluralidade e diversidade que o continente africano tem e em especial a G.B e nos orienta a não ficarmos presos às concepções, práticas ou regras predominantes no universo econômico e que se associam a uma projeção do ocidente sobre o continente africano com os conceitos e categorias tidos como universais e que estipulam um espaço a ser ocupado em uma lei social e industrial, tal como “desenvolvimento” que traz a realidade de outros países para impor um modelo único para toda uma complexidade cultural, social e política.

Figuras 4 e 5. Reunião das katanderas e anciões Pepel para defesa de nbatonha



Fonte: Agência Nacional Guineense (ANG, 2023)

“Os Massai, no Quênia, tiveram um conflito com administração colonial porque os ingleses queriam que a montanha deles virasse um parque. Eles se revoltaram contra ideia banal, comum em muitos lugares do mundo de transformar um sítio sagrado em num parque” (Krenak, 2019, p. 19). Essa imagem nos ilustra um grupo dos anciões, na qual, as katanderas fizeram parte numa conferência de imprensa para protestar e acionar estratégias a favor à lagoa sagrada nbatonha.

Os povos e suas culturas são, tradições e espiritualidades são um dado da realidade que precisa de interpretação e profundos estudos”. Então, quando falamos em deferência respeitosa, em escutar e ouvir os conselhos estamos falando que não vamos ser desrespeitosos como nossa história de luta, que vamos lutar muito para não decepcionar os que nos precederam nesta batalha e, sobretudo, que vamos aprender das batalhas anteriores nossos fundamentais aprendizados (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 152).

Na perspectiva ecossocialista, a imagem ilustra um encontro da comunidade Pepel em representação das *katanderas* e *OTEPI* com propósito discutir e manifestar os seus desagrados pelo o ataque dirigido a Nbatonha, as imprensas televisivas “tradicionais”, rádios televisões e muitas outras plataformas digitais, influenciadores digitais de alto renome tanto ao nível nacional quanto internacional, pude acompanhar as falas do presidente dessa organização Batista Té formado em Direito e a intervenção do filho de Nbatonha Orlando Gomes Té ambos são referências e demais outras personalidades que não cabe mencionar nesta obra, se juntaram com o objetivo lutar e repudiar o ato de agressão contra a simbologia ancestral do seu povo. “A grande contribuição de ecologia foi e ainda é fazer-nos tomar a consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo” (ARAÚJO, 2023).

Os vídeos exibidos pelas diversas páginas sobre a temática Nbatonha, a reunião começou com a fala do seu representante Batista Té, o mesmo pediu desculpas a toda comunidade não Pepel presente na mesma, e de forma especial, dirigiu a mesma desculpa por toda imprensa também presente, intuito dessa desculpa foi que ele começou a sua fala, expressando na língua Pepel, antes de tudo, foi feito um ritual de grito que é habitual quando tem reunião do grupo, pois, antes do caso Nbatonha, OTEPI já fazia suas reuniões sob pauta, unir a comunidade e manter um vínculo forte com as práticas ancestrais, após ter iniciado a fala dando grito três vezes e em seguida todo mundo seguindo o ritual, de guerreiros ancestrais Pepel e de pedido de licença aos ancestrais, quando escutei aquele grito fiquei comovido cheguei me arrepiei dessa força espiritual e ancestral.

Vocês me escolheram para representar a comunidade Pepel não porque eu sou mais velho ou mais inteligente, tem gente aqui letradas mais que eu, mas pela vossa confiança vamos seguir honrando a memória dos nossos antepassados. Todo mundo aqui sabe que eu fui ministro desse país, fiz a minha formação na Rússia e quando voltei para o meu país, senti a necessidade de continuar os estudos, cursei o Direito, mesmo com todas essas formações

ninguém me explicou melhor que os meus mais velhos sobre como foi e ainda é formado este lugar (Bissau), os brancos queriam tomar esta terra, os nossos avós lutaram com eles até que desistiram e hoje em dia vimos que eles não estão mais aqui, mas os seus “filhos” ficam com a gente, quando falo de filho estou me referindo pessoas que são alienadas a se odiarem e assimilar as culturas, crenças, construções arquitetônicas conhecimento e entre outros. Esta é a fala de Batista Té representante do coletivo.

“Assim quando o megaempreendimento chega às portas do território sempre encontra alguns convertidos pelo capital dispostos a ajudá-los dentro da comunidade. Então, quando falamos das simples coisas, estamos falando de defender o território” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 149). Em conformidade com autores, a lagoa Nbatonha quando sofreu agressão muitas pessoas apareceram nas mídias sociais falando que *“não tem nenhum tipo de retorno, tendo uma lagoa no meio de capital do país é uma vergonha para um país que quer se desenvolver”*. Diante desse tipo de declaração nos faz compreender o nível de ignorância e de desrespeito pela com as comunidades tradicionais e a forma como o capitalismo e colonialismo estão presentes nas nossas sociedades causando o mal estar nas coletividades tanto humanas e como não.

Nesta mesma linha de raciocínio, Té, expressa um pouco de como se estrutura e apela o respeito para com o povo Pepel como a primeira etnia a povoar no território chamado nos dias atuais Bissau. *“Não é por acaso que chamamos a imprensa para tomar parte neste encontro, é de fazer circular as informações sobre ataque contra etnia Pepel, não vou dizer que esse ataque é dirigido apenas a Nbatonha, ao contrário, é um ataque a etnia Pepel de modo geral, como todo mundo pode ver, se esse ataque fosse contrário, como iam dizer? Ah! Pepel está procurando briga, iam levantar várias interpretações sobre nós, mas como é o paradoxo todo mundo ficou em silêncio, como vocês bem já sabem, né? Pepel é conhecido como brigalhão, mas o que as pessoas não sabem é que brigamos por uma justa causa”*.

Ainda sim, foram levantadas várias questões que não vou mencionar, apenas as cruciais que já eu já falei antes, Té ainda ressalta a importância de respeitar a sua etnia, visto que, se formos viajar na historiografia do país, chegaremos a conclusão de que o povo Pepel é o originário de Bissau, sendo assim, merece ser venerado, respeito pela com a suas terras como parte integrante das suas vivências. Nesta mesma senda, Nanque como filho de Nbatonha, afirma que o nome do seu pai não vai ser retirado ou mudado. Em suma, a questão Nbatonha atravessa não apenas o povo Pepel, mas sim, desperta toda uma atenção tanto para os guineenses que vivem no país quanto para os que vivem fora dele, os debates dos ambientalistas e sociedade civil vem sendo intensificados.

3.5 A mobilização da Organização da Sociedade Civil, Ativistas e Ambientalista em defesa da lagoa

Para além da tentativa dos colonizador português em nessa lagoa, a União Europeia em colaboração com as autoridades local, a última financiou o projeto de construir um parque com objetivo de acabar com toda uma ecologia ancestral repleta de todas as simbologias dos antepassados do povo Pepel e em especial. “Essas ideologias do capitalismo que nos inundam e nos impedem de cultivar as simples coisas também convertem nossos territórios que eram sacralizados” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 149).

Do mesmo modo, o recente ataque à nbatonha foi precisamente no começo do ano passado em que os moradores começaram a ver máquinas no espaço e surpreendentemente ninguém sabia o que era para ser feito, passando alguns dias, começou a destruição, essa ação desumana acionou e despertou atenção de grupo de ativistas ambientais sobre o fenômeno. O ministro das obras públicas fez uma conferência de imprensa com os seus membros do governo o mesmo alega que a destruição da lagoa correu nos seus tramites legais que ao meu ver, parece que no país cada um faz o que entende como se fosse a gente vive num país sem leis.

Depois disso, o Presidente da República se pronunciou numa imprensa e afirma categoricamente que iria construir naquela lagoa uma universidade, mesquita e um Centro Comercial, segundo ele, *“Nbatonha não pode ficar na aquele lugar pela característica que tem, “vivemos num mundo moderno, é um lugar muito perigoso, tem pessoas que vendem na feira/mercado e correm o risco de serem mordidas por jacarés daquela água. Portanto, vou acabar com ela para dar uma vista mais urbanizada que possa trazer um desenvolvimento ao país”*. Quando foi questionado pela imprensa local sobre consequências de construir instituições supramencionadas, ele reitera que não, porque já foi feito um estudo diagnostico sobre o local e nunca foi apresentar provas desse estudo. *“Aqui é capital do país, não podemos ter esse tipo de estrutura no centro do país, isso pode comprometer as visitas internacionais”*, disse o presidente.

Ainda mais, o Presidente ressalta quando falava numa conferência de imprensa sobre o balanço das atividades realizadas pela a Presidência da República em 2022, o mesmo falou como se ele mesmo não sabia nada dessa construção em lagoa, ele afirma nessa conferência de imprensa que ficou a saber que o governo da Turquia foi quem financiou o projeto para a construção de instituições antes mencionadas. O Presidente da República na pessoa de Umaro

Sissoco Embaló fez recordar que “existia um espaço de lazer dos jovens, atrás da Catedral de Bissau e que foi demolido, há mais de 30 anos para construção de um centro da Igreja Católica, mas que ninguém levantou a voz contra essa iniciativa” (FAAPA, 2023).

De acordo com Lowy (2023), “o capitalismo não é apenas um sistema explorador de ponto de vista econômico, mas que também explora a natureza e os recursos matando culturas ancestrais”. Para isso, autor invoca a necessidade de a gente se solidarizar, mobilizar, e uma tomada de decisão estratégica na luta contra esse sistema opressor que provoca muitas mortes nas populações por envenenamento. Diante disso, “é preciso construir uma consciência sócio ecológica e unidade, harmonia e de equilíbrio. A luta contra o imperialismo não é uma tarefa para se cumprir longe de nossos territórios”. (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 164).

Percebe-se que o presidente se contra diz o tempo topo quando se fala do assunto da lagoa. Diante dessa destruição, um dos meus entrevistado afirma que a construção da Universidade, Hospital, Mesquita e Centro Comercial.

“Olha, vou te dizer uma coisa, desde que eu nasci neste país, nunca vi e ouvi falar que teve guerra Inter étnica nessa terra, mas o que esse presidente e o seu governo está a criar, vai levar o país numa guerra que ninguém vai poder travar, como é que pode você querer apagar identidade cultural de um povo que vem herdando dos seus antepassados, eu te pergunto, mesquita é mais importante que os rituais que Pepel faz em Nbatonha? Ou querem acabar com Nbatonha porque não tem paredes para fieis ficarem dentro como nas outras religiões? Isso é absurdo o que estão pensado em fazer em lagoa”. Sá, entrevistado, Guiné-Bissau, 2024.

Vale frisar que ao nível do país apenas tem uma Universidade Pública (Universidade Amílcar Cabral (UAC), as outras que lá tem são apenas privadas, outas instituições de formação superior, esse fenômeno nos inquieta ao ponto de nos questionar, ou seja, problematizar essa vontade de querer construir tal Universidade, existe hipótese de que se o governo como um todo disser para a sociedade civil que ia construir Universidade ali, todo mundo ia gostar e querer que isso aconteça, pela a situação que os jovens vivem sem poder estudar nessa única Universidade pública denominada Amílcar Cabral, mas pelo contrário, a sociedade percebeu que isso foi uma estratégia do governo para poder sequestrar e construir em Nbatonha.

“Há vários outros lugares que poderiam acolher esses projetos, mas eles não querem construir nos outros lugares como no caso de alguns lugares um pouco afastados da cidade porque ninguém vai estar lembrando deles a todo momento, e construir em Nbatonha, que é um “centro urbano”, próximo a sede de Nações Unidas, Mercado central da praça e várias

outras empresas e agências internacionais, seria um lugar estratégico para se construir, outra coisa que eu te falo irmão, é um plano que eles usaram para acabar com a prática cultural de etnia Pepel, o fato de você atacar Nbatonha, é um ataque que você está fazendo contra o povo Pepel, todo mundo sabe como é que nossas mulheres katanderas vão naquela lagoa para fazer seus rituais, simbolizando o contato com seus ancestrais, e isso incomoda os demais ao ponto de querer acabar com essa crença. TEIXEIRA, entrevistada, Guiné-Bissau, 2024.

Figura 6: Manifestação povo Pepeu



(LASSANA CASSAMA, 2023)

A Organização da Sociedade Civil da Guiné-Bissau tornou pública uma “carta aberta” endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Bissau, em que denuncia “atos nocivos” a serem preparados no “Parque Europa Lagoa de Nbatonha. O grupo comprometido com a causa ambiental não só entregou a carta supramencionada como também saiu nas ruas contra a tentativa de destruir a lagoa, o mesmo ainda critica ausência duma política voltada a educação ambiental e a sua conservação (INDJAI, 2023).

O Parque da Lagoa de Nbatonha, localizado no centro da cidade de Bissau, é reconhecido como elemento central da ecologia urbana de Bissau, constituindo um importante local de alimentação, reprodução e descanso para as aves residentes e migradas, oriundas dos países da Europa. Dados do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IBAP) apontam para “mais de 125 espécies de aves” a utilizarem a lagoa de Nbatonha durante

todo o ano. Também, o local abriga um conjunto de espécies da fauna e da flora, incluindo répteis, anfíbios, mamíferos, entre outros, representativas dos ecossistemas terrestres e aquáticos da Guiné-Bissau (INDJAI, 2023).

Mediante o exposto, o grupo exige ao Governo e a Câmara Municipal de Bissau “a suspensão imediata da movimentação de veículos pesados e transporte de inertes para o Parque de Nbatonha e apresentação pública de explicações devida à população sobre a mesma” (Indjai, 2023). “A luta coletiva ajuda a enfrentar o desequilíbrio [...]” (Ferreira; Felício, 2021, p. 115), “a resistência, por sua parte, não dissociava o povo e o território, daí que, se há que perder o território para uma força invasora, pouco vale sua própria vida” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 132).

Ainda nesta perspectiva, Barros (2017), o sociólogo e ambientalista guineense esteve numa conferência internacional realizada no Brasil, onde foi entrevistado por uma plataforma “correio da cidadania” entrevistado por Gabriel Brito, numa das sua fala afirma o seguinte:

“Os progressos alcançados no campo ambiental, infelizmente foram à custa da valorização dos saberes ancestrais e tradicionais, que permitiram salvaguardar o patrimônio natural que hoje temos”. O modelo colonial assentou o seu crescimento à custa de territórios ocupados e explorados que dizimou culturas, tradições, territórios e recursos. Esse modelo extrativista empobreceu nações e ficou insustentável com o fim formal da colonização (BARROS (2017).

De acordo com Pacheco et al. (2017), constata-se a violação, de novo, de um bom número de importantes leis em vigor na Guiné-Bissau ao nível nacional (Lei-quadro das Áreas Protegidas, Lei de Avaliação Ambiental, Lei de Base do Ambiente, Lei da Terra). Também o desrespeito, igualmente, de importantes convenções e compromissos internacionais assumidos pela Guiné-Bissau, com destaque para a Convenção de Ramsar (relativa às zonas húmidas) e a Convenção de Bona (relativa às espécies migradoras).

Os povos aos quais nos referimos como comunidades tradicionais devem ser observados em sua totalidade de saberes, tradições e modos de vida. Estas coletividades possuem formas próprias de relações com a natureza, que em geral causam uma sensação de estranheza àqueles que estão inseridos na lógica dominante em que o ambiente natural serve exclusivamente aos serviços do ser-humano, mantendo a função de prover toda e qualquer necessidade que a espécie possua. Contudo, o tratamento dado à natureza dentro dos territórios indígenas, entre outros, é diferente. Em primeiro lugar, o meio ambiente fornece não somente a subsistência mas dá sentido também à existência destes povos. Assim, os territórios conformam humanidades e por elas são

definidos. Em segundo plano, tais sociedades não possuem a premissa ocidental que rege a vida cotidiana: a separação entre ser-humano e natureza. Pelo contrário, em muitas culturas os elementos naturais encontrados no território, como rios e montanhas, são capacitados de personalidade, e possuem humor próprio (FILHO, P. Daniel. 2022, p 10).

3.6 Educação ambiental e desenvolvimento sustentável

A Educação Ambiental (EA) emergiu num contexto em que a sociedade mundial se deparou com a falta de qualidade de vida e do ambiente provenientes do modelo econômico vigente, em que o ambiente foi destruído em nome do progresso econômico. Mais adiante se percebeu que não era só o ambiente e a saúde que estavam ameaçados, mas desequilíbrios nas cadeias naturais estavam ocorrendo, assim como injustiças sociais, o que aumentou os índices de violência, o número de desempregos e o crescimento desordenado das cidades. Tudo isto contribuiu para que a sociedade repensasse seus projetos de desenvolvimento econômico e buscasse alternativas para reverter o estado de degradação ambiental e social do momento e garantir a existência de uma sociedade melhor para o futuro (GONZALEZ; KÖB-NOGUEIRA, 2014, p. 48).

“A Educação Ambiental extrapola o simples ensino da Ecologia e seus saberes não podem ser esgotados por apenas uma área do conhecimento” (Gonzalez; Köb-Nogueira, 2014, p. 48), desta forma, uma vez que se considera Meio Ambiente como sendo o lugar (natural e construído) em que inúmeras relações entre seres vivos e não vivos ocorrem, ao estudar sobre este tema, a Educação Ambiental também deveria ser trabalhada, com o propósito de preparar os educandos para atuar como cidadãos conscientes de seu papel no ambiente e na sociedade local e globalmente (GONZALEZ; KÖB-NOGUEIRA, 2014, p. 49).

A relação entre o Homem e a natureza sofreu mudanças com o passar do tempo. O uso anterior que era para sua subsistência e de sua família se transformou. A natureza passou a ser vista como um produto econômico do qual o Homem não só retirava sua subsistência, mas também poderia ter lucro e enriquecer a custa dela. Assim, com os valores apregoados pelo modelo econômico capitalista, o Homem não se sentia mais como parte da natureza, mas sim como o seu explorador (GONZALEZ; KÖB-NOGUEIRA, 2014, p. 49).

Em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra, conhecida como Rio-92, que revisitou o documento de Tbilisi para elaborar a Educação Ambiental na Agenda 21. Conforme Tozoni-Reis (2004, p. 6

apud Gonzalez; Köb-Nogueira, 2014, p. 52), a Educação Ambiental, segundo a agenda, deveria se preocupar com o desenvolvimento sustentável e o princípio básico e norteador da educação e da Educação Ambiental deveria ser a integração entre desenvolvimento e ambiente (GONZALEZ; KÖB-NOGUEIRA, 2014, p. 52).

Num contexto em que a crise ecológica confunde-se com a crise civilizatória, a Educação é vista como um elemento fundamental para a transformação da mentalidade dos cidadãos e desde a Conferência de Estocolmo a Educação Ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógico (Gonzalez; Köb-Nogueira, 2014, p. 53). Surgida desde o século passado, a Educação Ambiental (EA), apesar da sua evolução em muitos países do mundo, na Guiné-Bissau o seu desenvolvimento ainda deixa muito a desejar, comprometendo assim o acompanhamento da evolução dos problemas ambientais da Guiné-Bissau pelos guineenses (BIAI; SOUZA, 2019, p. 1).

“O papel da educação ambiental no combate aos problemas ambientais na Guiné-Bissau é de grande importância. A EA, fornecerá a população guineense clareza sobre como usufruir dos recursos naturais que o país tem sem prejudicar a sobrevivência da próxima geração” (BIAI; SOUZA, 2019, p. 2).

Quanto à educação ambiental na Guiné-Bissau, existem programas de cunho internacional criados para conscientização da população. Exemplos, o programa sub-regional do PACIPE, assegurado economicamente pela União Europeia, também o programa "Palmeirinha" que é financiado em cooperação com Suíça, as ações da UICN com inclusão de conteúdos ambientais nos programas curriculares dos diferentes níveis do ensino (PLANO DE AÇÃO PARA BIODIVERSIDADE DA GUINÉ-BISSAU). Também se destaca como importante a atuação de diferentes ONGs, nacionais ou não, que desenvolvem variadas ações junto com o Governo como através das rádios comunitárias, boletins e revistas específicas, criadas por estes, impulsionando cada vez mais a participação mais consciente da sociedade civil no processo da conservação da biodiversidade. Citamos como a Ação para o Desenvolvimento (AD), Palmeirinha, esta é a nossa terra " tiniguena", Associação Guineense de Estudo e Alternativa " Alternag", associações comunitárias de base e os departamentos do estado, que trabalham no domínio da conservação e gestão do ambiente (INDJAI, 2015, APUD BIAI; SOUZA, 2019, p. 4- 5).

Presente literaturas nos proporcionam uma compressão de que a educação ambiental na Guiné-Bissau, ainda constitui um problema grande, ou seja, apesar de ser criado vários programas para conscientizar a população no quesito ambiental, ainda é um desafio nas escolas e nas comunidades para capacitar grande parcela dos cidadãos conscientes e prontos para

viverem numa sociedade saudável e livre de degradação ambiental para que a futura geração possa sentir parte desse sociedade longe de ser afetada com ação humana que só pensa no agora.

Diante dessa precaução, ambientalista e diretor-executivo da organização não governamental guineense, Tiniguena, Miguel de Barros falava numa entrevista concedida à Rádio Morabeza, em Abidjan, capital da Costa do Marfim diz que a escola é um elemento decisivo num momento em que as ameaças ao ambiente constituem um problema global e urgente. O mesmo ainda afirma que o sistema de ensino deve incorporar todos os elementos de formação que permitam a disseminação de conteúdos sobre o ambiente. O Sociólogo também lembra que o Governo tem a responsabilidade de definir políticas públicas, mecanismos de acesso ao financiamento e, ao mesmo tempo, articular para gerar um ecossistema que permita enfrentar os problemas ecológicos a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (BARROS, 2022).

Por conseguinte, podem até mudar os protagonistas, de esquerda ou de direita, mas se o modelo econômico mundial baseado no extrativismo e na especulação financeira não se alterar, os modos de relacionamento com os recursos naturais e ambientais jamais poderão ser duráveis, pois a sustentabilidade não pode ser vista apenas no campo de fluxos financeiros, mas sim na capacidade de conservação, provisão de serviços sociais e culturais, capacidade de geração de renda ecologicamente aceitável, utilização de tecnologias adaptadas e não colonizadoras e, conseqüentemente, o respeito pelos valores que cada pessoa associa na sua relação com o espaço natural. “Aprendemos que a comunidade deve estar no centro da gestão comunitária, devido as funções sociais e políticas que a sua cultura e o seu saber desencadeiam” (IDEM, 2017).

4 CAPÍTULO 3: AS KATANDERAS E A COSMOPERCEÇÃO DO MUNDO AO SEU REDOR

A proposta deste capítulo, objetiva-se trazer mais falas das entrevistas e centrar mais na questão das katanderas, e trazer as fotos para ilustrar a simbologia das suas vestimentas. Também estarei utilizando alguns elementos que são cruciais para entender as nuances da pesquisa que é um elemento importantíssimo para entender como se dá a legitimidade de katandera, *inada cabaz*, uma prática que constitui vínculo com os ancestrais onde os protagonistas da mesma são as katanderas, assim como trazer em discussão as categorias “bem

viver e viver” com o propósito de compreender a luta coletiva que as katanderas vem enfrentando e travando em defesa ecológica.

4.1 O que é katandera?

Para ter a noção do que seria as katanderas, seria necessário antes de tudo compreender as estruturas políticas e culturais do povo Pepel. É importante lembrar que a etnia pepel conta com sete djorson/clã e cada um deles tem as suas ramificações. Esse povo acredita que djorson carrega uma dimensão espiritual não absolutamente e exclusivamente elemento da organização social. Por outro lado, o sistema de parentesco como um todo é de suma importância na vida política social, cultural, tradicional, econômica e espiritual dos Pepel (Garrafão, 2022, p. 35-41). “Se o papel da katandera é servir de intermediária dos dois mundos: dos vivos e dos mortos, sobretudo servir aos ancestrais no santuário baloba, onde estes habitam” (GARRAFÃO, 2022, p. 65).

No que diz respeito a definição de katandera, ela é uma pessoa de sexo feminino para confluir na comunidade e serve como fio de elo de ligação entre mundo dos vivos e dos mortos. Ela se legitima por meio de rituais que lhe legitima e lhe dá o poder e direito de conduzir a comunidade Pepel tanto nos momento ritualístico ou em qualquer outra ocasião. Ou seja, uma pessoa de sexo masculino (homem) não poder ser katandera apenas as de sexo feminino como foi destacado antes, mas para isso, é preciso a realização longa de várias outras cerimônias antes da sua legitimação, durante e depois.

Ser katandera é algo sério e sagrado. Algum tempo atrás era difícil se afirmar que é katandera, porque as pessoas tinham na cabeça ou associavam lhes de prestarem serviço aos satanás ou diabo, baseando nas narrativas construídas na sociedade guineense, não sei! Se querem que todo mundo siga a suas crenças e deixar as de a gente! Outra coisa que vou te dizer, é que alguns pepel também tinha vergonha de se auto afirmar que pertencem o povo pepel, isto porque, é conhecido como um povo cheio que cerimônias/rituais que parece incomodar muita gente, por esse motivo, alguns pepel com suas mentes queriam assimilar cultura dos outros deixando de lado as vivências que os nossos mais velhos preservaram para nos seguir. CÓ, entrevistada, Guiné-Bissau, 2024.

É sagrado porque a partir de momento que uma pessoa é apontada como quem pode passar por katandera, isso por meio das pessoas de têm poder de comunicar com os ancestrais

nas balobas e se a pessoa recusar que não vai ser katandera, as almas dos seus ancestrais voltam para atacar e deixar atrocidade no seio familiar, porque esses ancestrais, se sentem que a pessoa está desrespeitando o seu djorson/clã, existe casos de pessoas que recusaram de ser katandera que alguns membros da família ficaram doentes e há outras situações em que alguns familiares morreram por não levarem sério esse ritual que eu diria de passagem. Ou seja, eu já vi pessoas que já haviam convertidos para outras religiões antes de descobrirem a necessidade ou obrigatoriedade de ser katandera tinham que sair da igreja para seguir sendo katandera também tem pessoas que quando sabem que vão ser katandera fogem e se convertem, mas depois voltam para seguir a vida katandera. IDEM, entrevistada, Guiné-Bissau, 2024.

Figura 7: Katandera símbolo de riqueza da cultura Pepel



Fonte: Maria Odete da Costa Soares Semedo.

A imagem ilustra katandera vestida de manto nas nádegas, vestido longo bordado na parte de cima (no pescoço), como uma faixa (tecido) amarada na cabeça juntamente com uma *boina* usado na cabeça em forma de um turbante que tem um sentido simbólico de respeito, rainha e autoridade. Também nas mãos estão com ela uma *cambla* em língua Pepel uma espécie de cabaça e uma garrafa onde é colocado aguardente/cachaça que pode ser substituído por água quando não tem cachaça. O objeto denominado *cambla* na língua Pepel é usado no momento em que katandera vai na *baloba* para fazer um pedido aos ancestrais. Dito em outras palavras, toda pessoa que pertence ao povo Pepel não vive separado das balobas, para isso, as suas conexões com os ancestrais se dão nesses lugares, por exemplo, quando você precisa fazer uma coisa como no caso de viagem, cultivar o arroz, uma prática presente no seio desse grupo, de antemão precisa dirigir à balobas da sua clã e quem te atende nesses lugares são as katanderas, porque as têm essa legitimidade e o poder de poder comunicar magicamente com todas as entidades que incorporam invisivelmente para nós nas balobas.

As katanderas são consideradas sacerdotisas da família, são jovens meninas invocadas pelos espíritos ancestrais, como intermediárias do mundo dos vivos e dos mortos. Essas meninas carregam um status social diferenciado, após consagradas enquanto katanderas, o que ocorre no santuário Baloba (GARRAFÃO, 2022, p. 63).

Importa destacar o seguinte, essas vestimenta não se usa todos os dias, apenas em certos ocasiões. Exemplo, quando tem uma cerimônia nas balobas elas se vestem desse jeito não com intuito de marcar a diferença, mas sim, para representar simbolicamente o respeito pela com a sua linhagem, comunidade e compromisso de “confluência” com os seus ancestrais. É notório, as vivências entre a comunidade pepel com as balobas, portanto, katandera, se for viajar ou ir para um ritual antes de sair de casa, já deixam no chão o que tiver dentro dessa garrafa e quando chega numa *tabanca* (comunidade) onde tem balobas da sua linhagem, ela deita a água nessa baloba como forma de saudar os ancestrais ou mesmo simbolizar que a terra não só pertence a gente como também nós a pertencemos.

Além de ser as responsáveis em na representação dos *djorsons*, também assumem papel da com autoridade que corresponde a um território específico, ou seja, uma área de jurisdição específica. Isto porque a organização política e social com base na linhagem, estende para todos os clãs desta etnia. Cada clã possui suas terras e *moransas* delimitadas, espaços produtivos para agricultura, santuários, cemitério, um chefe de tabanca e também chefe de djorson (o responsável máximo pertencente ao mesmo clã (Garrafão, 2022, p. 48), quanto a questão de cemitério, cada pessoa quando morre já é definido a terra certa para ser sepultado

baseando na sua sete djorson (linhagem) tais como: Bosafinté, Bodjugmó, Bossáso, Botat, Boiga, Bossó e Djagra. (*Nanque, Djú, Té, Indi, Có, Cá e Sá*) respetivamente.

Figura 8 - Cabas símbolo cultural na cosmo percepção Pepel



Fonte: Maria Odete da Costa Soares Semedo.

Em Pepel *canda*, em crioulo *cabaz* e em português cabaça é um utilizado na comunidade especificamente Pepel em situações bem precisas (uso doméstico, cerimônias tradicionais, festividades) que fez desse objeto um sistema de sentido na cultura guineense, pois o seu uso faz-se através de um comportamento que se tornou habitual em determinadas circunstâncias. Sistematizado o seu uso em momentos vários e situações diversas, esse objeto passa a “ser” e a ter um significado distinto, particular, reconhecido, aceito e compartilhado pela comunidade (Semedo, 2010, p. 107), neste mesma concepção, cabaz é um instrumento utilizado por várias etnias no país, visto que, o seu sentido simbólico vai se diferenciar de etnia para etnia.

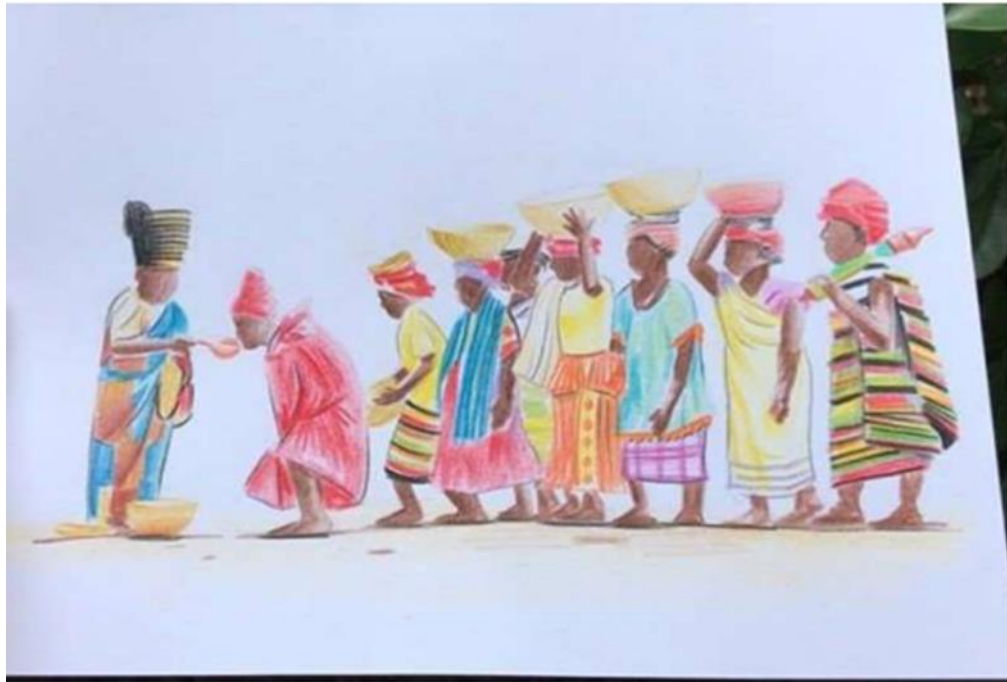
“A cabaça é o símbolo do ventre que traz vida dentro de si. A cerimônia da cabaça no grupo pepel, por exemplo, é a que mantém viva a linhagem materna, sendo a própria cerimônia denominada “andar/carregar cabaça” (Semedo, 2010, p. 108), na visão do povo Pepel, *canda*,

extrapola o sentido de um simples objeto, se formos olhar pela a sua conjuntura da sua estética, percebe-se que parece com a barriga. Diante disso, Pepel acredita que simboliza a barriga, não no sentido de associar a mulher como sujeito à gerar filho, mas mostra que para o grupo em questão autoridade e o protagonismo feminino está presente. Tem um ditado em crioulo da G.B que se diz o seguinte: “*fidju ka ta padidu tras de se mamé*” que significa, filho nunca nasce na ausência da mãe. Isso mostra que, as estruturas de poder e de decisão política, social e cultural não se centram apenas no poder masculino como também nas mulheres, as katanderas são exemplo disso.

De acordo como Semedo (2010), nas cerimônias fúnebres, as mais velhas usam a cabaça para lavar os mortos e é nelas que se colocam os panos que depois são arrumados no caixão junto ao defunto, também se usa nos ritos de iniciação ou de passagem, ela é usada para pôr e transportar a comida sagrada para rituais consideradas sagradas. Trata-se, pois, de um conjunto de elementos da tradição, da cosmologia guineense que a cabaça representa e invoca: ela simboliza o respeito pelos deuses das linhagens e pelos ancestrais; está presente no nascimento de uma nova família ou no momento da morte; está presente na alegria e no luto, no sagrado e no profano; é um dos instrumentos para o dia-a-dia e para as cerimônias dos diferentes grupos étnicos guineenses (IDEM, 2010).

Meu pai (nbatonha), brigou muito com os colonizadores, porque queriam acabar com o rio, eu como filha dele, pude presenciar várias ações dele sem nenhum tipo de medo deles, afirmou várias vezes na cara deles que ninguém podia construir nada na lagoa, porque para além de ser um lugar que rega as bolanhas ao seu redor que também era a sua vida, porque ele consegue sentir a presença dos seus ancestrais naquela água e conversa com todos eles. Temos processo na justiça sobre a lagoa, mas até hoje a justiça não falou nada, mas quando decidimos agir com as nossas próprias mãos, ninguém vai poder nos travar. A nossa luta é coletiva, no sentido de que os nossos ancestrais sempre passam na nossa frente e brigam por nós, creio eu que vamos vencer essa batalha por bem das nossas comunidade. NANQUE, CÁ, entrevistada, Guiné-Bissau, 2024.

Figura- 9 - Ilustração Ianda cabaz



Fonte: Fonte: Rubin, 2018.

Imagem mostra um grupo de katanderas numa caminhada denominada *bian canda* em Pepel e em crioulo *inda cabaz*, ritual esse, realizado periodicamente, ou seja, em cada ano num período específico, as katanderas se organizam para dar início a essa caminhada. Como já foi comentado sobre o valor simbólico de cabaz não comentarei de nova, só quero reiterar que eles estão acompanhadas das cabaças. Há relato de que quando se inicia esse ritual, mesmo sabendo que seu filho morreu antes de terminar a caminhada, de forma nenhuma, não pode voltar para casa, só volta depois de terminar o ritual. De acordo com Nanque (2014, p. 75 apud GARRAFÃO, 2022, p. 61), “*ianda cabaz* é realizada periodicamente, os peregrinos o fazem a fim de integrar ontologicamente a *djorson* e estar em condições de defender a *djorson* contra o caos, contra o seu aniquilamento”.

Sem perder de vista que *ianda cabaz* tem toda a sua complexidade em entorno de “*Irans, dufuntus e pekadur* vivem e interagem no espaço terreno, comandando os primeiros a vida dos humanos. *Irans* e *dufuntus* são pais, mães dos que acreditam neles e lhes pedem ajuda e proteção”. Existe uma narrativa popular que assegura as sete linhagens já mencionadas dos Pepel teriam sua origem em *irans* e *dufuntus*. Em virtude disso, *inda cabaz* estaria homenageando os ancestrais e com o propósito de manter uma forte conexão das suas identidades com as suas entidades que se sente nos animais, nas lagoas, nas árvores e por ai vai.

Em suma, essa visão de estar no mundo e de crença nas entidades que protegem de certa forma fortalece a tradição cultural e a preservação ancestral desse povo.

O ianda kabas é realizado pelas mulheres, junto de alguns homens que acompanham a caravana. Devido a responsabilidade delas para com a família e suas linhagens, periodicamente as mulheres têm responsabilidade de visitar e homenagear os antepassados e pedindo-lhes a benção e a proteção para a família e djorson, inclusive cada djorson possui seu lugar de culto apropriado como baloba onde acredita-se que vive os seus ancestrais (GARRAFÃO, 2022, p. 61)

Figura 10- baloba um lugar sagrado de confluência



Fonte: Yolanda Victor Monteiro Garrafão

De acordo como Garrafão (2022, p. 64-65), esses potes são usados pelas katanderas, que lavam e repõem a água. Acredita-se que nelas bebem os ancestrais. Essa baloba se encontra ao lado de uma mesquita, dentro de maior mercado de Bissau no centro da cidade. Tendo em conta

ao processo da urbanização, os espaços de santuários tradicionais em Bissau, são ignorados e concedidos, pela câmara municipal da Bissau para indivíduos não pertencentes a esse espaço, ou seja, o estado da Guiné-Bissau nega a dimensão do tchon (terra) sagrado e ancestral sob lentes da cosmovisão Pepel. A política do estado menospreza as espiritualidades tradicionais e ainda cede espaço para a construção de templos das religiões monoteístas como no caso desta mesquita promovendo assim o choque dessas duas crenças.

Nesta mesma linha de raciocínio, a balobas é considerada sagrada onde o grupo faz os seus rituais dirigidos por katanderas. Vale frisar que cada katandera tem o seu pote, esses objetos que estamos a ver na imagem chamam-se *potes* em crioulo em Pepel se chama *brum*, cada um deles é assumido por um katandera também cada um representa uma alma ancestral, nele é colocado a água, porque elas acreditam que os seus ancestrais bebem dessa água e a comida feita no momento de ritual os ancestrais também voltam para comer aquela comida. Importa frisar que as balobas são lugares complexo composto de várias entidades que vou mencionar apenas uma que é irã “fundador da linhagem e espírito ancestral e da natureza”

De acordo com Garrafão (2022), acredita-se que esse espírito, além de proteger o irã, ataca as forças malignas e também serve como um espaço de consulta espiritual. Através dela acredita-se que é possível prever acontecimentos futuros. Ali também são efetuados pedidos ou bênçãos para realização de desejos como viagem, maternidade, trabalho, uma boa colheita, saúde, enfim a prosperidade. O santuário baloba representa a ligação do parentesco e a espiritualidade, um espaço de congregação de espíritos de um djorson se conecta com seus pertencentes vivos, ou seja, faz a ligação no mundo dos vivos e dos mortos. Ela tem caráter coletivo, porém específico de cada djorson, sobretudo porque cada clã possui sua própria baloba. Nas balobas vivem os espíritos ancestrais as chamadas boeks na língua Pepel. Acredita-se que na baloba pode-se comunicar com os ancestrais, os entes queridos no mundo de além, ou seja, a cosmovisão dos Pepel, o após morte não significa necessariamente o fim da vida, mas uma nova dimensão da vida invisível (GARRAFÃO, 2022, p. 60-61).

4.2 As balobas incendiadas nas comunidades Pepel e a revolta das katanderas

Em 2023, as balobas consideradas símbolo sagrado da etnia Pepel em confluência com os seus ancestrais foi queimadas nas duas comunidades Pepel Mindara e Bandim. Alguns responsáveis dessas balobas responsabilizam a Igreja Evangélica Ministério de Amor pela Fé Internacional, pelo o incêndio no local. Diante disso, estarei trazendo as falas das katanderas

baloberos sobre o ocorrido. Uma katandera diz o seguinte: *“nunca havia acontecido esse tipo de coisa de pessoa vir fazer a sua oração na nossa “morança” e depois atear fogo na nossa baloba. Cada um de nós acredita numa determinada coisa, você não pode chagar num espaço que não te pertence para vandalizar, e depois vai embora, isso não se faz. É muito triste e perigoso o que aconteceu, nós convivemos com as nossas balobas como podem ver, tem muitas casas por aqui, isso poderia causar um dano irreparável”*.

“Na verdade, se para os guineenses o Iran tinha, e tem, grande importância pela força que tem e pela proteção que dá aos que nele acreditam. Para as autoridades coloniais da então Guiné Portuguesa, essa entidade não passava de um “figurão” (Semedo, 2010, p. 117), essa visão dicotômica mostra como a colonização subjuguou e ainda subjuga as nossas crenças, apesar de não existir mais os colonizadores nos nossos territórios, mas inda existe outra forma de desrespeito pela com as nossas cosmovisões por parte dos nossos “irmão” assimilados ou aculturados. Em suma, as balobas não deverias se enxergados com simples figura como dizia os colonizadores portugueses, mas sim como parte intimamente integrado a vida social, cultural e política de um grupo ético.

“Eu nasci aqui, os meus ancestrais também nasceram nesse lugar. Esse, é o caminho que eles acreditam ser viável para seguir. Não negamos que não existe “Deus”, mas os protestantes (evangélicos) não podem vir queimar djoko (entidade da baloba) de noite nascemos aqui e acreditamos nas nossas entidades que vivem nessa baloba, elas nos guardam dia e noite. Mas, na bíblia existe diabo, se é que existe na bíblia, por que Deus não o queime para tirar ele de vez no nosso seio comunitário, como sempre dizem, que as nossas entidades espirituais são de sataná. Por que vieram queimar djoko? Uma das maior referência de defunto que temos é djoko. Já nos livrou de vários atrocidades, vou citar um exemplo da sua proteção, a guerra sete de junho (guerra civil), teve o seu embate aqui em Bissau, mas nenhuma bala caiu na nossa comunidade e muito menos estilhaço, isso tudo porque djoko sempre protegeu a nossa moransa”.

“Já que eles vieram de madrugada e colocaram fogo na nossa baloba, vamos devolver da mesma forma, vamos invadir a igreja mafi e destruí-la, não vamos colocar fogo nela, porque existe muitas casas ao seu redor, diante disso, vamos destruir toda a sua estrutura e nada vai sobrar para que possam saber que mexeram com gente erada. Djoko, (defunto de baloba) vai procurar um de cada eles e vão pagar por toda atrocidade que fizeram”.

Da mesma forma, *uma das katandera de baloba incendiada djoko, Quinta Xavier da Costa (Ama djoku), prestava entrevista a Rádio Capital FM e afirma que, “sou responsável de todas aqui, a nossa responsável acabou de falecer neste momento estou ocupando o lugar que ocupava. Pessoal da igreja mafi de vez em quando vem aqui nessa baloba para fazer suas orações achando que iriam expulsar irã daqui e nunca falamos nada e eles, inclusive vieram aqui na semana passada mandaram me chamar e falei que não iria porque eu estava na plena cerimônia da morte da nossa colega, e eles disseram que iriam voltar na próxima semana e que iriam acabar com esse irã, dito feito, vieram e colocaram fogo na boloba. O que fizeram aqui, vamos devolver, porque não mexermos com eles, vieram até nosso território para agredir nos, porque qualquer um de nós que for ali pode queimar ou até morrer. Vamos comunicar todas as katanderas para virem aqui, daqui à 30 minutos vamos atear fogo na sua igreja, vamos informar autoridade policial antes de qualquer coisa”.*

De acordo com Nelson José da Silva um dos balobero da baloba em questão afirma que, dias antes, *“pessoas da igreja mafi, veio aqui e não chegaram ao entendimento, disseram que iria voltar. Noz enquanto filho/as, moradores de Mindara (comunidade Pepel), nascemos e crescemos vendo essa baloba, até os brancos colonizadores foram deixando essa baloba aqui, não sabemos se a G.B deixou de ser Estado laico onde vamos voltar para um país onde teremos apenas uma única religião é o que não entendemos. Em razão disso, decidimos chamar imprensa para manter a sociedade ciente sobre esse crime bárbaro, porque tudo que vier acontecer vai ser da sua responsabilidade”.*

O mesmo afirma pela “radio TV Bantaba” que *“o grupo dos evangélicos da igreja acima citada disse que intuito da sua evangelização é contra a feiticeira, diabo e diabólico. Para nós, tinha que ser no campo e não num território que pertence outros. No ano passado, permitimos para que fizessem o culto ali próximo, acontece que pegaram todos os cordões (protetor para crianças amarrados nas nádegas), e queimaram sem aviso prévio e nem autorização dos seus pais, depois desse episódio conflituoso com os pais das crianças eles mudaram estratégia de fazer suas evangelizações e passou a seu agora só nas balobas. Dia antes de atear fogo na baloba, fizeram vigília na baloba onde a comunidade lhes avisou que não haviam mais permitir esse tipo de invasão aos seus territórios, acontece que do nada, o microfone que estava com eles queimou e parou de funcionar. No dia seguinte a equipe voltou na comunidade por volta de 3 hora de madrugada, isto é ato covarde, porque se você tem certeza na sua evangelização não deveria se esconder, seria bom e necessário vir num período*

onde todo mundo possa ver e ter certeza de que fez uma forte oração que acabou causando impacto na nossa entidade”.

Nelson termina dizendo que, *“o que eu ouvi deles é que vieram para evangelizar todas as balobas para acabar com feiticeiros e balobas. Mas eu, não conheço diabo e muito menos feiticeiro, eu sou filho de tchom de baloba. Peço a toda comunidade Pepel para se vigiarem, porque disseram que é uma campanha de queimar balobas é que cada um saiba o que tem que fazer diante dessa situação, a luta da libertação nacional foi realizada antes de ter cristão ou evangélico. As pessoas perderam vida para o bem desse povo, ou seja, cada etnia utilizou a sua crença até ao ponto de conquistarmos essa terra”.*

Mediante dessas falas, percebe-se que para que a cultura do povo Pepel continue sendo praticado é indispensável a preservação do ambiente, porque as suas entidades estão conectadas com a natureza, exemplo disso, é o irã conhecido como uma entidade da natureza, baloba como um lugar sagrado de confluência entre a comunidade e com universo ancestral. Por outro lado, é possível compreender que apesar de ser o primeiro povo a ocupar o território hoje denominado Bissau, ainda continua sendo ameaçados os seus territórios e é notável a dificuldade que o poder público tem em resolver esses conflitos. Como podemos ver na afirmação de *balobero* Nelson, que depois de atear o fogo na baloba ele foi dar a queixa na delegacia mais perto da comunidade, mas quando chegou lá, lhe disseram que não havia chegado o responsável máximo. Esse tipo de comportamento mostra como as autoridades que deveriam paziguar o conflito não está minimamente interessada em inibir ou ajudar na resolução de conflitos.

4.3 Cultivo de arroz para subsistência

Para Indjai (2014), é possível afirmar que atualmente as pessoas ocupadas em atividades agrícolas na Guiné-Bissau se subdividem em duas categorias: os pequenos produtores das tabancas (aldeias) e os ponteiros. Os ponteiros geralmente estão em propriedades maiores e ocupam os melhores terrenos agrícolas (além de terem recebido terra do Estado), sua produção é basicamente capitalista e tem como objetivo a geração de lucro. Por outro lado, o mesmo autor afirma que os lavradores das tabancas, por sua vez, estão em propriedades menores e têm suas economias voltada para a subsistência da família. Eles produzem arroz, milho, raízes, amendoim, feijão, diversas frutas, algodão, mandioca, caju, milheto e sorgo, além de se ocuparem de atividades de pesca e pecuária (INDJAI, 2014, p. 76 apud BIDIANDÉ 2023, p. 4-5).

É notável que na G.B, cada etnia tem a sua atividade económica ou de subsistência que lhe caracteriza, essa realidade se confirma se formos entrar no maior mercado do país denominado “Mercado de Bandim” veremos que as etnias fula e mandinga são as que mais ocupam lugar, ou seja, os fulas e mandingas são majoritariamente comerciantes, o que não quer dizer que as outras etnias não são comerciantes. Essa realidade se vê em outros setores tais como etnia que mais pratica agricultura de subsistência, as que mais criam gado, as que se centram mais na pesca e por ai vai.

Figura 11- lavradores do povo Pepou



Fonte: Yolanda Victor Monteiro Garrafão

A imagem ilustra um grupo de jovens a cultivar o arroz, um tipo de cultivo que eu considero de subsistência, porque tudo que é plantado não é vendido serve apenas para consumo familiar. Esse instrumento de cultivo se segurado por eles chama-se *arado* em crioulo na língua Pepel se chama *umbungu* é um tipo de cultura que acontece nas bolanhas, e só acontece no período da chuva. Importa comentar que no país existe só duas estações: a estação chuvosa e seca. A chuva começa em 15 de agosto e termina em 15 de outubro, isto é 6 meses de chuva e 6 se seca, o não quer dizer que no período da chuva chove o tempo toda, tem meses que não consegue chover devida o impacto ambiental isso acaba prejudicando a cultura desse tipo de natureza que não depende de substâncias químicas ou tóxicos.

Conhecido como lavrador de arroz, a etnia Pepel se organiza quando se aproxima o mês de maio onde tudo começa. É criado na comunidade uma espécie que chamaria de “coletivo”

na língua Pepel se chama *osel*, é convocado uma reunião onde cada membro da família, isso é, pra pessoas com idade para esse tipo prática (jovens), cada um coloca o dia que quer que o grupo vá cultiva para ele. Essa organização social envolve não só os jovens como também as pessoas idosas crianças e mulheres. Os mais velhos fazem tarefas mais leves como construir dique ou *oric*, os adolescentes levam água para as *bolanhas* e as mulheres se concentram mais em arrancar arroz, fenômeno que vou comentar em seguida com mais detalhes.

O povo Pepel se centra a sua atividade tradicional no cultivo de *arrus* em crioulo e *omanu* em Pepel em na terra e nas bolanhas. A cultura de arroz acontece em dois lugares, na terra e na bolanha, acontece que instante antes do período da chuva, a comunidade se mobiliza para limpar o terreno onde iria plantar o arroz, essa forma de plantar se chama em crioulo *waga arrus* e na língua Pepel chama-se *utula*. Ele fica no solo por um período de um mês e depois é arrancado para ser levado para plantar definitivamente em bolanhas, digo definitivamente por é a partir dai que acontece a colheita depois de 3 meses.

Vale lembra que as *katanderas* desempenham um papel de suma importância nesse processo, para além de se envolver em toda atividade de cultura de arroz elas também protagonizam um diálogo espiritual para que a plantação e a colheita sejam bons. Para o grupo, não se pode realizar uma atividade ligada a natureza ou cultivo sem antes pedir a permissão os donos de *tchon* (terra), em outras palavras, a terra não só pertence aos indivíduos Pepel como também pertence nós a pertencemos. Para isto, é preciso a realização de alguns rituais antes de iniciar atividade supramencionada.

De acordo com Evans-pritchard (2002, p. 8), a sua obra feita sobre o povo Nuer, autor assegura que a constituição das estruturas políticas do referido povo não podem ser compreendidas sem que se leve em conta o meio ambiente, meios de subsistência, o clã e a suas linhagens. O livro também faz a descrição da região onde vivem os Nuer e de como eles provêm suas necessidades vitais. Por outro lado, mostra que o sistema político Nuer é coerente com a sua ecologia. O mesmo afirma num dos capítulo do seu livro “Os Nuer” denominado “ecologia”, “Os Nuer, porém, acham que vivem na melhor região do mundo e, deve-se reconhecer, para criadores de gado, a região tem muitas características admiráveis” (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 61).

Esse trecho atravessa o que seria o bem viver e viver bem na comunidade Pepel, diferentemente da perspectiva desenvolvimentista, moderna e capitalista. A etnia Pepel, muitas das vezes é vista como quem é contra o desenvolvimento, por conta das suas práticas espirituais

e a forma como continua exercendo a sua atividade tradicional da cultura de arroz para a sua sobrevivência. Por quando o coletivo sai dentro da comunidade “periferia dentro da cidade” para ir cultivar, óbvio que saem em grupo com os seus *arrados* (instrumento de cultivo), isso assusta muita gente, tem vez que você escuta palavras de ofensa tais como: cativos, parem com essa prática, a gente já está no mundo moderno, atrasados e ai vai. Digo isso por experiência própria. Em suma, isso mostra o grupo vive intrinsecamente ligado a natureza razão pela qual, a sua preservação é indispensável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos da luta das katanderas em prol das suas terras, busquei analisar alguns fatores políticos, culturais e econômicos que sustentam essa luta. É notório que no país vários grupos se comportam conforme as regras instituídas política, social, econômica e culturalmente. Diante disso, etnia Pepel vai se diferenciando com outros grupos em alguns fenômenos, como bem sabemos que cada povo tem a sua especificidade. Exemplo disso se vê nas katanderas, apesar de podermos perceber algumas similaridade entre grupos diversos, também podemos ver as particularidades e individualidades entre eles.

Essa similaridade podemos ver em algumas cerimônias ou rituais tais como: *toca tchur*, que é um ritual praticado por vários grupos étnicos, a forma se sepultar pessoas mortas, casamento e várias outras formas culturais idênticas mas que também têm as suas especificidade. Diante dessas manifestações e expressões culturais, compreende-se que, as estruturais de poder ou espaços de tomada da decisão comunitária se centra se cetra mais nos homens. Ao contrário do povo Pepel, quando falo ao contrário não quer dizer que os homens não ocupam estruturas de poder, pelo contrário.

As estruturas são flexibilizadas onde as katanderas desempenham funções fundamentais naquilo que toca com as confluências na comunidade, não só cuidam de assuntos espirituais nas *balobas* em conexão com os ancestrais, como também na tomada de decisões, junto à comunidade. Quando se fala da liderança dessas mulheres, é possível salientar que a respeitabilidade, fortalecimento cultural do povo Pepel e a guarda da memória ancestral se prevalece; prevalecer não no sentido de que nada na cultura Pepel pode muda, mas, sim, na preservação do legado dos nossos antepassados na condução da vida cotidiana em comunidade.

O presente trabalho tem uma importante contribuição teórica, porque no decorrer desses capítulos pode perceber que foram selecionados/as e utilizados/as os/as autores/as que atravessam de forma significativa o problema e sujeito de pesquisa. Da mesma forma, as categorias trabalhadas contribuíram de maneira positiva na elaboração dessa dissertação. Destaco algumas categorias e os conceitos que formam cruciais neste trabalho tais como: ecologia política, ambiente e identidade cultural.

Também, é um trabalho que possui uma contribuição prática. Porque, quando se trata de estudo sobre a ecologia política no âmbito guineense, nota-se que, sempre dificuldade para você encontra algo já elaborado que possa embasar a sua escrita, essa experiência já mostra os desafios que nós enquanto pescadores tem que enfrentar diariamente no universo acadêmico. Diante do exposto, o trabalho servirá como base para auxiliar os acadêmicos interessados em mergulhar na pesquisa dessa temática, e de modo geral não deixaria de contribuir para a comunidade guineense e em especifica o povo pepel, mostrando a fundamental importância do ensino dos nossos mais velho que é de preservar a natureza.

Por conseguinte, a pesquisa contribuirá bastante no âmbito político e social. As pessoas que vão ler este trabalho como no caso dos estudantes universitários ou não, ativistas comprometidos com a pauta ambiental e ambientalistas possa servir com base para quem vai dar curso sobre educação ambiental e conscientizar a população sobre a importância de preservar o meio que nos cercam. Porque o impacto de ambiente não deveria ser apenas a preocupação presente, como também no bem estar das gerações que estão por vir. Também, contribuirá e impactará na criação de políticas públicas em prol da natureza.

Para finalizar, no decorrer da pesquisa, percebe-se que o povo Pepel é o primeiro a ocupar o território hoje conhecido como Bissau, é um povo que sempre tem a relação fortíssima de respeito, cuidado e de harmonia com a natureza e a partir de momento que se sente ameaçado a forma de praticar a sua cultura, eles lutam para defender os seus territórios. Tornou-se nítido que a luta em defesa das suas terras ganhou uma dimensão que extrapolou o universo Pepel, onde ambientalistas se e sociedade civil se engajou a favor de lagoa nbatonha como parte integrante da vida saudável e da cultura Pepel.

Em suma, não poderia fechar esta pesquisa sem apontar algumas dificuldades encontrada, por ser um trabalho construído com base nos trabalhos já publicados nos periódicos e revistas renomadas como também as entrevistas. Saliento que, as pessoas estabelecidas pra entrevista a logo no começo da pesquisa foi se alterando consoante a pesquisa vai se avançando,

importa salientar que a principio gostaria tanto de fazer um trabalho de campo, mas devido as circunstancias que se vive tornou difícil a minha ida para GB por conta de alto custo de passagem aérea, razão pela qual, fiz coleta de dados por meio de plataformas digitais.

Estava previsto que eu entrevistasse o Sociólogo guineense Miguel de Barros um dos ambientalistas mais conceituado ao nível do país assim como no âmbito internacional ele também é o coordenador na ONG Tiniguena que luta em defesa do ambiente em busca de um desenvolvimento sustentável. Mas, Infelizmente não consegui lhe entrevistar, inclusive tentei entrar em contato o mesmo e Ele confirmou que estava a viajar, razão pela qual não conseguimos fazer para que aconteça essa entrevista/conversa, mas me indicou duas pessoas na qual são os colaboradores dele. Uma que é jurista e outra antropólogo.

Da mesma forma, tive alguns problemas e a conexão da internet em entrevistar pessoas, importa dizer que nem todos os meus entrevistados possuem celular, alguns não falam crioulo apenas Pepel, razão pela qual a coleta de dados demorou e também causou alguns constrangimento entre entrevistado e entrevistador. As vezes eu tinha que entrar em contato com o meu primo e o meu sobrinho para levar celular para a pessoa que eu pretendo entrevistar existe episódio onde a entrevistado/a não é encontrado em casa, com isso, as entrevista tinham que ser remarçadas. Mas no final de tudo deu certo e o fato de eu saber falar a língua Pepel me ajudou bastante na escuta e na transcrição das falas dos/as entrevistados/as.

O resultado foi alcançado, porque durante pesquisa, nota-se que se formos viajar no contexto histórico e cultural guineense, é possível notar que ouve um avanço no aquilo que toca com as legislações em prol do ambiente, mas que na prática essas leis praticamente não funcionam. De igual modo, o governo como órgão maior para fazer cumprir as leis teve e ainda tem a dificuldade em respeitar as terras dos povos originários que está assegurado no nosso Ordenamento Jurídico do país. Ou seja, as instituições de Estado estão banalizadas de modo que as leis não funcionam para todos, esse fato se justifica por vários/as autores/as como também os/as nossos/as interlocutores/as.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, Fundação Ford, 2004.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais em linguagens de valoração. 2 ed., 3a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

ALMUDI, T.; KALIKOSKI, D. C. **Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil**: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. Desenvolvimento e Meio Ambiente, jun./dez. 2009. 47-57.

ARAÚJO, Ericaely Larissa Lopes de. O ecossocialismo em Michael Löwy: Uma Análise da sua trajetória. 2023.

BARROS, Miguel de. Guiné Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais. [dez. 2017]. Entrevistador: Gabriel Brito. Correio da Cidadania, 2017. 1 cassete sonoro. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/12/21/guine-bissau-e-a-gestao-comunitaria-de-florestas-como-oposicao-as-pilhagens-publico-privadas-de-recursos-naturais/>>. Acesso em: 22 de abril. 2024.

BATHILLON, V. Aldine; SILVA, C. Carla. Reflexões sobre a institucionalização de políticas ambientais na Guiné-Bissau a partir da década de 1990. Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica. BRA, n.10, vol.1 p.05-16, Junho-Julho, 2022.

BIAIA, Nem. DE SOUZA, F. Roberth. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA GUINÉ-BISSAU PELOS GUINEENSES. Editora Conedu. VI congresso Nac de Educ. 2019.

BIDIANDÉ, Alamada. **Participação das mulheres nas atividades agrícolas na Guiné-Bissau**. UNILAB, Campus dos Malês, 2023.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília/ DF: INCTI/UNB, 2015. Racial.

CÁ, M. A. Boiné. **As políticas ambientais da Guiné-Bissau**: alguns fundamentos. 2023. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CABRAL, Amílcar. **O papel da cultura na luta pela independência (1972)**. In: Cabral, Amílcar. Nacionalismo e cultura Santiago de Compostela: Laiovento. p.123-146. 1999.

CABRAL, Amílcar. **O problema da erosão do solo**: contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo). Lisboa: Instituto Superior de Agronomia. 1951.

CÓ, B. R. João. **Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos.** 2010. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4223/1/WP_11_2010%20Socius.pdf.

Acessado em: 11 de jul, 2024.

COSTA. A. César. LOUREIRO. F. Carlos. **A ecologia política de Enrique Dussel: aproximações para as lutas sociais na América Latina.** EM PAUTA, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2016 - n. 38, v. 14, p. 86 – 113.

DJALÓ, Mamadú. **Processo da ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação.** 2015. (bacharel e licenciado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal Santa Catarina. Disponível em: <<https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-201.pdf>>. Acessado em: 24 de março, 2024.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAAPA, Caso Nbatonha: Presidente da República revelou que o Ministério da Administração Pública não está a investigar ou a investir em nenhum parque. Disponível

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território – caminhos da revolução dos povos no Brasil.** Arataca, Teia dos Povos, 2021. FREIRE, Paulo.

FILHO, P. Daniela. **A construção de subjetividades como fundamento do racismo ambiental contra comunidades tradicionais.** V.11/N.2 | DOSSIÊ | DOI: 10.34024/pensata.2022.v11.14086.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. **Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis.** Ensaio Filosóficos, v. 13, p. 153-170, 2016.

FREDERICO, T. Alan. **Meio ambiente, política ambiental e os instrumentos econômicos no estado do paraná.** 2014. (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Polo UAB do Município de Paranavaí, 2014.

Fredson Rocha. Rádio Morabela. Miguel de Barros defende introdução de questões ambientais nos currículos escolares em Cabo Verde. 2022. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2022/12/27/miguel-de-barros-defende-introducao-de->

questoes-ambientais-nos-curriculos-escolares-em-cabo-verde/83637. Acessado em: 21 de jul. 2024.

GIL, C. Antônio. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas.

GONZALEZ, F. Carlos. KÖB-NOGUEIRA, L. Elaine. Investigando a ocorrência de ações em educação ambiental em três escolas na cidade de Curitiba-PR. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E - ISSN 1517-1256, V. Especial, maio, 2014.

GUINÉ-BISSAU. (A Lei n.º 1/2011 ou A Lei de Bases do Ambiente). Bissau, 2011. Disponível em: GUINÉ-BISSAU. (A Lei n.º 1/2011). A Lei de Bases do Ambiente. - Pesquisar (bing.com). Acesso em: 17 abril, 2024.

GUINÉ-BISSAU. (Lei-quadro das Áreas Protegidas de Boletim Oficial Nº9 Decreto-lei

IÉ, A. Ivo. Língua e identidade cultural: um estudo onomástico em Antroponímia do grupo étnico papel da Guiné-Bissau. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA) | v.1, nº 1 | p.137-153 | jan./jun. 2021.

INDJAI, Mamandin. Guiné-Bissau: sociedade civil denuncia “crime ambiental” na lagoa de nbatonha. e-global, Bissau, 02 de jan. 2023. Disponível em: <<https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-sociedade-civil-denuncia-crime-ambiental-na-lagoa-de-nbatonha/>>. Acessado em: 17 de jul. 2024.

JAU, Mussa. A China e a extração abusiva e ilegal de madeira na Guiné-Bissau (2012-2014): uma análise crítica da relação sino-guineense. UNILAB, Campus dos Malês, 2022.

JAU, Mussa. A China e a extração abusiva e ilegal de madeira na Guiné-Bissau (2012-2014). UNILAB, Campus dos Malês, 2022.

KRENAK, Ailton. **Território e Resistência**. Cadernos PROMUSPP, São Paulo, v.1 n.1, p.3-12, out./dez. 2021.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E. **Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

MARCONI, De Andrade Marina e Lakatos Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 7ªed. 2010.

MENDES, Lenoir, Isabela. **Colonialidade, ideologia do desenvolvimento e dependência: limites à democracia sustentável brasileira**. PPGD. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.unesc.net/>>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

MENDES, N. Jorge, Calustre. **Primeiro parque urbano em Bissau: um estudo sobre avifauna e as percepções sociais do parque e das aves**. Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Lusófona da Guiné-Bissau, 2021. Disponível em: <<<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/>>>. Acesso em: 20 de abril, 2024.

MUNIZ, M. Lenir. **Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais**. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, 2009.

PACHECO, T. et al. **Carta Aberta à comunidade internacional sobre ameaça ao Parque Nacional de Cufada, Guiné Bissau. Combate Racismo Ambiental**. 13 de fev, de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/02/13/carta-aberta-a-comunidade-internacional-sobre-ameaca-ao-parque-nacional-de-cufada-guine-bissau/>>. Acessado em: 17 de jul. 2024.

RECH, U. Adir. SILVA da. B. C. Diego. **A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface homem-natureza**. R. Fac. Dir. UFG, v. 41, n.2, p.13-27, maio / ago. 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu. Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Modos quilombolas**. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 9, p. 58-65, set. 2016.

SARR, Felwine. 2019. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições.

SEMEDO, Maria Odete Costa. **AS MANDJUANDADI - CANTIGAS DE MULHER NA GUINÉ-BISSAU: da tradição oral à literatura**. Tese de Pós-graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Valentim da. Guiné-Bissau, terra da biodiversidade, 2021.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Trad. Barbosa, Roberto G. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SUCUMA, Arnaldo. As narrativas e alternativas de análise sobre o contexto da luta de libertação em África: caso Amílcar Cabral. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0103, set./dez. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento de métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman.

SÁ, M. M. Miguel, Teodor. Conflitos sociais na Guiné-Bissau: Um estudo sobre a relação do Estado e autoridades de comunidades tradicionais no uso do território. UNILAB, Campus dos Malês, 2018.

7 ENTREVISTAS

DJÚ, Angélica, 60 anos, katandera.

SANTOS, António, 51 ativista social e ambientalista.

IÉ, Amos, 72 anos, régulo Pepel.

DJÚ, Zinha 57 anos katandera.

NANQUE, Miguel, 29 anos, meu tio.

SÁ, N'djicaulo, 79 anos, katandera.

TEIXEIRA, Ângelo, 50 anos, professor e ativista ambiental.

CÓ, Ndeutna, 46 anos, filha de katandera.

NANQUE, CÁ. M'pi, 77, filha de Nbatonha.